



CIBEC/INEP



B0004274

I ENCONTRO INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AO PRÉ-ESCOLAR

1968

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rio de Janeiro, G.B., 21 a 27 de julho de 1968

Presidente de Honra

Sra, Yolanda Barbosa da Costa e Silva

Presidente Dr, Rinaldo de
Lamare Vice - Presidentes
Prof, Laura Jacobina Lacombe
Dr, Mario Altenfelder

Comissão Técnica Dr,
Coordenador Flammarion Costa (FHBEM)

Membros

Maria, Isabel Gonçalves (LBA) Dr,
Pedro F, Ferreira (OMEP) Dra, Dalva
Coutinho Sayeg (DECr) Prof, Yara P, Maia
de Faria (SSEG) Prof. Euterpe Gil
Dieguez (SSEG) Prof, M, Teresinha C,
cachado (SEEG) Prof, Geralda V, Novaes
(OMEP) Prof, Ruth Gouveia (SESC) A.S.
Celina Celli (ENBEM) A.S. M,
Lucia de Paula Petiz (bob) AS, Maria Lina
C, Lima (ESS da UEG) Prof, Esmeralda
Oliveira (S, Pestalozzi) Dra, Eunice T,
Ribeiro (D; Cr) Prof, ilari» Olinto
(Inst, Int, del Tino} Prof, Clarisse
Bessa (FEBEM) Prof, Maria, da Gloria
Peixoto (FEBEM) Prof, Andrea Mandini (F,
Bandeirante) Prof, Heloisa Marinho (OMEP
e I E) Prof, Gloria Figueiredo (IBGE)
Dra. Mariana de Brito Franco (MIPS)
Prof, M. Lins Alves da Cunha (OMEP)

I ENCONTRO INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AO
PRÉ-ESCOLAR

Te m a :

Como organizar serviços para atender às
necessidades básicas do pré-escolar nos
países em desenvolvimento.

« DOCUMENTO-BASE TRABALHO DE GRUPO
MULTIPROFISSIONAL

1968

NOTA PRÉVIA

Para elaboração deste trabalho e baseando-se no tema COMO ORGANIZAR SERVIÇOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, foi estabelecido um roteiro cujos temas e subtemas que o constituem foram distribuídos a equipes de técnicos inter-profissionais com experiência nos diversos assuntos.

Estas equipes redigiram o presente documentário e o roteiro teve a seguinte distribuição.

I — CONCEITUAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR II — NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR:

Família :

1. Situação da Família face à realidade sócio-econômica do país :
 - a) Família urbana
 - b) Família rural.
2. Fatores que influem negativamente sobre a Família e conseqüentemente no pré-escolar
 - a) O pauperismo
 - b) A deserção familiar
 - c) O abandono moral e material do filho
 - d) O trabalho da mulher fora do lar
 - e) O êxodo rural.
3. Promoção da Família — meio direito para a promoção do bem estar do pré-escolar
 - a) Organizações que fortalecem a Família e atendem às necessidades básicas do pré-escolar.
 - b) A equipe interdisciplinar nos programas de promoção da Família e do pré-escolar em níveis nacional, estadual e local.

Desenvolvimento emocional da criança:

1. A necessidade do conhecimento da relação criança-mãe antes do contacto com a professora ou com a pessoa que cuidar da criança.
2. Influências emocionais na aprendizagem.
3. A escola-centro de saúde emocional da criança e, em consequência, centro de profilaxia da doença mental do adulto.
4. A relação criança-professora e a relação professora-criança.

(Obs.: A palavra escola subentende tódas as unidades educacionais que se ocupam do desenvolvimento da criança).

Saúde e Alimentação:

1. Crescimento e desenvolvimento físico do pré-escolar. 2
Alimentação do pré-escolar. Como suprir as exigências nutritivas, em particular no que se refere às proteínas.
3. Papel do dentista na assistência ao pré-escolar.
4. Requisitos mínimos no equipamento e no funcionamento do serviço médico pré-escolar. Imunizações.
5. Entrosamento entre médico, dentista, professor, assistente social, pais e organizações na proteção à saúde do pré-escolar.

Educação:

1. A importância dos primeiros anos de vida.
2. A necessidade de o desenvolvimento da criança ser assistido em todos os seus aspectos.
3. Importância da relação lar-escola.
4. Formação adequada do pessoal responsável pelo atendimento ao pré-escolar.
5. Necessidade de determinar os objetivos que poderão ser alcançados pelas pupileras, creches, escolas maternais, jardins de infância e centros de recreação, etc.
6. Requisitos indispensáveis para instalação de pupileras, creches, escolas maternais, jardins de infância e centros de recreação.
7. Interessar a indústria na confecção de material didático adequado ao pré-escolar.

Habitação:

1. Características físicas e sociais da habitação.
2. Equipamento comunitário e sua relação com a casa.

Recreação :

1. Recreação no lar
 - a) brincar é necessidade básica da criança
 - b) importância das condições do brinquedo no lar
 - c) orientação dos pais.
3. Atividades recreativas
 - a) atividades recreativas e o desenvolvimento integral da personalidade infantil.
3. As atividades recreativas nos serviços de atendimento ao pré-escolar: pupileiras, creches, escolas maternais hospitalares infantis e jardins de infância.
4. Unidades educacionais destinadas à Recreação.

III — POLÍTICA SOCIAL FACE ÀS NECESSIDADES DO PRÉ-ESCOLAR

1. Proteção legal ao Pré-Escolar
2. Prevenção geral e especial
3. O Pré-Escolar no Planejamento Global
4. Unificação dos Órgãos Governamentais
5. Coordenação de Programas, Obras e Serviços
6. Recursos financeiros: ampliação e suplementação
7. Meios de Comunicação: formação de mentalidade
8. A participação dos profissionais para formulação e implantação da política pré-escolar.

IV — A COMUNIDADE E O PRÉ-ESCOLAR

1. A comunidade como instrumento e veículo na formação de uma mentalidade de atendimento ao pré-escolar através de:
 - a) suas instituições
 - b) seus grupos sociais.
2. Unidades Educacionais para atendimento ao Pré-Escolar normal e ao excepcional
 - a) natureza
 - b) regime
 - c) aspecto físico
 - d) organização e funcionamento.

3. Política de Pessoal

- a) formação
- b) recrutamento e seleção
- c) treinamento
- d) voluntariado.

V — COOPERAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS E ESTRANGEIROS

- 1. Os órgãos internacionais e estrangeiros face ao desenvolvimento.
- 2. Os órgãos internacionais e estrangeiros e o planejamento.
- 3. Os órgãos internacionais e estrangeiros e o problema do Pré-Escolar (UNICEF, Instituto Inter-Americano del Niño, Centro Internacional da Infância, OMEP e outros».

**DOCUMENTO BASE AO 1.º ENCONTRO INTERAMERICANO DE
PROTEÇÃO AO PRÉ-ESCOLAR**

INTRODUÇÃO

A proteção ao pré-escolar vem-se constituindo, no Brasil e no mundo, motivo de grande preocupação para todos quanto se interessam pelo bem-estar da criança, dado o reconhecimento da importância das experiências que se processam nesta fase da vida e as repercussões, positivas ou negativas, que podem determinar na idade adulta.

Por êste motivo, a iniciativa do Comitê Brasileiro da O.M.E.P. de congregar esforços para a realização de um Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar recebeu imediato apoio de várias entidades que atuam no campo da infância e do bem-estar em geral, as quais, através de representantes credenciados, vêm trabalhando neste sentido, desde março do ano de 1967.

A O.M.E.P. — Organização Mundial para Educação Pré-Escolar — foi fundada em 1948. Tem como finalidade principal suscitar melhor conhecimento geral das crianças de menos de 8 anos; e, também, fazer com que todos os países aproveitem a experiência e os conhecimentos adquiridos pelos outros, no que se refere aos cuidados e à educação a serem ministrados às crianças, durante os primeiros anos de existência.

É uma organização educativa internacional e não governamental, à qual pode dar sua adesão toda pessoa ou organização que desejar, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.

A O.M.E.P. promove assembléias mundiais de dois em dois anos. Sua próxima assembléia terá lugar em Washington, D.C., na primeira semana de agosto de 1968, logo após, portanto êste ENCONTRO.

O I Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar representa, pois, o esforço conjunto de diversos órgãos nacionais interessados no bem-estar da infância, dentre os quais o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, através do Departamento Nacional da Criança, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a Legião

Brasileira de Assistência, a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, entidades patronais e instituições particulares, contando com a adesão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Instituto Interamericano del Niño.

São objetivos do Encontro:

- estabelecer as diretrizes para organização e funcionamento de serviços que atendam às necessidades básicas do Pré-Escolar em países em desenvolvimento;
- promover maior coordenação e cooperação dos setores oficiais, particulares e internacionais para o planejamento e realização de programas de proteção ao Pré-Escolar, em níveis nacional, estadual e local.

No sistema educacional brasileiro, a situação do pré-escolar não está definida e não lhe é dada a merecida importância. Em vista disso, não se dispõem de dados sobre o atendimento que lhe é dispensado nas diversas unidades da Federação. O que de mais completo se pôde obter é o que foi publicado no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social — Diagnóstico Preliminar, do Ministério do Planejamento, que transcrevemos a seguir.

— Ensino Pré-Primário

A educação pré-primária segundo prescreve a Lei de Diretrizes e Bases, destina-se aos menores de 7 anos e será ministrada em escolas maternas e jardins de infância.

Apesar de sua importância na preparação da criança para as etapas posteriores de sua vida escolar, principalmente nas áreas urbanas, em que a mulher é, cada vez mais, chamada a participar da força de trabalho e a contribuir para a renda da família, o ensino pré-primário ainda não pode receber tratamento prioritário num País em que a escolarização primária não é conquista de toda a população em idade de freqüentar esse nível educacional.

As estatísticas disponíveis sobre a educação pré-primária estão apresentadas no Quadro I-1.

Como se depreende do Quadro I-1, o ensino pré-primário infantil apresenta grande dinamismo, com um crescimento de quase 300% nas matrículas aí constatadas, para o período de 1947/1962, o que, de certa forma, reflete algumas transformações da vida nacional : o ingresso cada vez mais freqüente da mulher na força de trabalho. fora das atividades domésticas, a elevação dos padrões de renda, a mudança da vida familiar, etc.

QUADRO I-1

EVOLUÇÃO DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO BRASILEIRO

ANO	ENSINO MATERNAL				ENSINO INFANTIL			
	Unidades escolares (*)	Corpo docente (**)	MATRÍCULA		Unidades escolares	Corpo docente	MATRÍCULA	
			geral	efetiva			geral	efetiva
1947	27	52	1.883	1.265	1.117	2.153	68.788	54.605
1948	30	55	1.945	1.456	1.187	2.255	73.439	58.496
1949	35	53	1.655	1.286	1.312	2.486	79.515	64.860
1950	31	48	1.658	1.264	1.575	2.979	94.150	76.730
1951	52	71	1.871	1.425	1.789	3.276	111.224	88.236
1952	50	62	1.876	1.438	1.904	3.605	118.298	95.994
1953	46	62	1.658	1.287	2.024	3.829	123.776	102.855
1954	(-)	(-)	(-)	(-)	2.359	4.574	142.009	116.888
1955	(-)	(-)	(-)	(-)	2.773	5.260	161.570	133.909
1956	(-)	(-)	(-)	(-)	3.019	5.865	181.456	151.670
1957	(-)	(-)	(-)	(-)	3.089	6.144	181.312	154.006
1958	(-)	(-)	(-)	(-)	3.320	6.776	202.741	171.830
1959	(-)	(-)	(-)	(-)	3.579	7.480	218.972	186.076
1960	(-)	(-)	(-)	(-)	3.942	8.388	244.554	210.607
1961	(-)	(-)	(-)	(-)	4.171	8.946	261.327	225.333
1962 (***)	(-)	(-)	(-)	(-)	4.363	9.628	251.917	215.544

Observações: (-) Fonte: SEES

A partir de 1953 o ensino maternal deixou de ser computado isoladamente pelo SEEC, passando a integrar as estatísticas dos cursos infantis.

(*) O curso é tomado como unidade, escolar em vez do "estabelecimento" que pode ser composto de uma ou mais das referidas unidades, operando cada qual com certa autonomia e distinguindo-se entre si pela especificidade de seus objetivos didáticos e características próprias de organização e funcionamento.

(**) Os docentes aparecem contados tantas vezes quantas são as unidades em que atuam no exercício de suas funções, ao invés de serem computados conjuntamente.

(***) Não inclui dados referentes ao Estado da Bahia.

É interessante observar que a relação de docentes por unidade escolar é de 2 mais ou menos, e o número de alunos por unidade escolar é inferior a 60, do que se conclui tratar-se de pequenos núcleos atendendo a comunidades restritas. A deserção imediata atingia 13% da matrícula geral em 1962, cifra bastante ponderável, em 1947, essa deserção era ainda mais acentuada, da ordem de 20%; esse fato é compreensível, quer em face da comum inadaptação das crianças de tenra idade à vida escolar, quer à provável incapacidade dos cursos em atender crianças excepcionais.

No que concerne à distribuição regional das várias grandezas do ensino pré-primário, nota-se no Quadro I-2, a situação defrontada em 1962, com a predominância marcante dos sistemas dos Estados da Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul, responsáveis por 50% das matrículas efetivas constatadas nesse nível educacional. Tal fato é explicado pelos padrões mais elevados de renda e pela maior participação da mulher na força de trabalho dessas áreas.

QUADRO I-2
DISTRIBUIÇÃO ESTADUAL DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO
BRASILEIRO EM 1962

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Matrícula efetiva
Distrito Federal .	3	4	98	94
Alagoas	76	166	5.740	5.086
Amazonas	102	271	7.958	6.457
Bahia (*)	254	436	(—)	(—)
Ceará	217	364	9.038	8.030
Espírito Santo ..	18	77	1.673	1.564
Goiás	201	381	14.596	11.651
Guanabara	382	1.087	27.016	24.108
Maranhão	61	167	4.953	4.583
Mato Grosso	29	49	1.497	1.242
Minas Gerais ..	239	831	19.372	17.842
Pará (*)	42	86	2.682	2.430
Paraíba	53	123	3.213	2.895
Paraná	238	597	15.545	13.566
Piauí	19	38	1.035	921
Rio de Janeiro ..	233	1.039	20.468	19.017
Rio Gr. do Sul ..	594	963	26.831	22.621
Rio Gr. do Norte.	55	151	3.788	3.274
Santa Catarina .	98	207	6.173	5.489
São Paulo	1.175	2.021	63.317	52.946
Sergipe	33	81	2.144	1.991
Acre	10	24	648	580
Amapá (*)	7	11	578	440
Rondônia	2	10	()	()
Roraima	()	()	430	362
Pernambuco	222	444	13.154	17.365
Total do Brasil	4.363	9.628	251.917	218.544

Fonte : SEEC

Observações:

- (*) Dados de 1961
- (—) Dados não disponíveis
- (...) Inexistentes

Considere-se que no Brasil existem cêrca de 17.866.842 crianças na idade de 0 — 6 anos assim distribuídas:

0—1 ano	3.033.992
2 —6 anos	14.832.850

— Fonte: IBGE

há, portanto, necessidade urgente de que — em nosso país, como nos demais da América Latina que possuem excessiva população infantil na faixa mencionada com poucos recursos humanos e financeiros para atendê-la — se estabeleçam planos e programas práticos e objetivos, capazes de atender às necessidades básicas do pré-escolar.

Através das medidas a serem criadas ou fortalecidas, estabele-cer-se-á a profilaxia ou prevenção da marginalização do menor, procurando-se alcançar o ideal do conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde, isto é, um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença.

Tentando encaminhar o problema, o Departamento Nacional da Criança sugere, em caráter de emergência, a criação de unidades simples, em forma de galpão, onde os pré-escolares possam ser educados e assistidos, durante as horas em que suas mães forem impedidas, por qualquer circunstância, de cuidar de seus filhos pequenos — trabalho fora do lar, etc. Quando não fôr possível construir tais unidades educacionais, tenta-se a adaptação de locais adequados.

O Plano de Assistência ao Pré-Escolar, do Departamento Nacional da Criança encontra-se à disposição dos interessados nas respectivas pastas.

TRABALHOS
SÔBRE OS
T E M A S

TEMA: FAMÍLIA

FAMILIA

1. SITUAÇÃO DA FAMÍLIA FACE A REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS

O Brasil é um país em transformação, apresentando grande contraste quanto às suas estruturas sociais, econômicas e culturais. Existe atualmente uma desconexão entre uma economia com índices relativamente baixas de produtividade e a chamada "explosão demográfica". São necessários, para uma visão ampla das carências sociais, conhecimentos reais do desenvolvimento econômico do país e dos problemas sócio-econômicos atuais, tornando-se evidente a imperiosa necessidade da planificação do uso dos recursos econômicos.

De país tradicionalmente agrícola entrou o Brasil, nas últimas décadas em acelerado processo de industrialização e de desordenada urbanização. Esta transformação, provocando modificações radicais na estrutura sócio-econômica do país, viu alterar em maior ou menor grau, uma enorme escala de valores sobre os quais repousava a família brasileira, quanto à sua estrutura e função. As condições econômicas e demográficas exercem forte pressão sobre a família, resultando em enfraquecimento, muitas vezes, do organismo familiar.

O ritmo de crescimento da população urbana é três vezes maior do que o da população rural. É sabido que a urbanização intensa de certas áreas, decorrente do afluxo populacional, afeta a vida familiar na sua constituição face à necessidade de adaptação a novas modalidades de vida. Embora contem com maiores recursos devido aos grandes centros, as dificuldades, também, se apresentam mais numerosas e são de tal ordem que vêm pesar no desenvolvimento normal das famílias.

Os problemas mais urgentes do Brasil são, notoriamente, os de fundo econômico. Existe uma disparidade acentuada entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico. Grande parte da população se acha, ainda, em condições precárias para garantir uma base material estável a uma vida familiar normal, não permitindo à família cumprir as suas finalidades básicas por sofrer a influência das condições ambientais desfavoráveis.

O Bem-Estar da Família num país em processo de transformação, sofre profundos abalos, porém um dinamismo renovador, trará grandes possibilidades se for empregado dentro de uma visão realista do que está acontecendo. E é somente através da família e pelo fortalecimento desta que o Bem-Estar da criança pode ser assegurado.

Entre a família urbana e a rural há uma diferenciação bastante acentuada quanto à maneira de viver. A rural sofre as conseqüências do pouco desenvolvimento de certas áreas, onde as condições de vida são quase impossíveis de serem aceitas por seres humanos. Os padrões de conduta são diferentes dos da família urbana, a qual em geral é culturalmente mais contemplada, o que possibilita um número de experiências favoráveis à educação da criança. No entanto, embora contem com recursos mais abundantes, devido aos grandes centros, a família urbana também se defronta com problemas que vêm pesar no desenvolvimento e organização da família, resultando, muitas vezes, na sua desintegração.

A realidade brasileira tem que ser vista do ponto de vista nacional, regional e local, a fim de que possam ser estabelecidos objetivos e metas, a partir do conhecimento dos recursos disponíveis e de acordo com as condições demográficas, econômicas, sociais e culturais do país, visando pontos estratégicos que possam romper os círculos negativos.

2. FATORES QUE INFLUEM NEGATIVAMENTE SOBRE A FAMÍLIA E CONSEQÜENTEMENTE NO PRÉ-ESCOLAR

Toda criança deve contar desde o berço com o carinho materno e o apoio integral da família. Conseqüentemente o bem-estar da criança depende de sua situação global, tornando-se para tanto, imprescindível, ao seu desenvolvimento o suporte da família organizada, capacitada para desempenhar a sua missão como núcleo fundamental da comunidade.

O baixo nível econômico traz deficiências profundas que afetam tanto o adulto como a criança e suas conseqüências são inúmeras; a extrema pobreza não fica sozinha. Em geral, apresenta-se com um cortejo de misérias tanto físicas como morais. Grande parte da população do Brasil passa fome por falta de trabalho garantido e salário regular. Renda "per capita" baixa, baixo nível de instrução, estado sanitário deficiente, falta de habitação, analfabetismo acentuado, geram o pauperismo, dentro do qual é impossível a existência de uma vida familiar normal.

As carências sociais influem de maneira preponderante na sobrevivência da família e a unidade familiar se quebra quando há necessidade da mãe trabalhar fora do lar, bem como, quando há deserção familiar, redundando no abandono moral e material dos filhos.

O Brasil tem dentro da faixa do pré-escolar, perto de 13.000.000 de crianças a requererem cuidados especiais, aguardando oportunidades que as façam viver adequadamente, desenvolver habilidades que futuramente as levem a ser cidadãos conscientes e responsáveis. O pré-escolar necessita para o seu pleno desabrochamento viver na atmosfera da harmonia familiar, constituída de estabilidade e afeição. Sofre profundamente e muitas vezes de modo irreparável as conseqüências da ausência do ambiente familiar. Lògicamente, proteger a família, é beneficiar a criança, proporcionando-lhe o conforto e a proteção a que tem direito. É sabido que a base de todo sistema educativo normal é a família, à qual cabe em grande parte a mãe a responsabilidade educacional. Além desta, tem também função física, emocional e afetiva. Faltarão tôdas essas funções, uma vez que o seu esteio não se acha presente por ter que providenciar o próprio sustento e o dos filhos.

A deserção familiar, o abandono material e moral resultam na infância abandonada que não conhece o aconchego familiar. É no lar que a criança aprende a constituir outro lar. Aquela que não conhece o que seja uma família organizada, terá sempre em sua vida como que um vácuo. Mais do que o adulto, a criança vive mais em função dos sentidos do que realmente pela inteligência e vontade.

Outro fator de influência negativa sobre a família é o êxodo rural, as extensas migrações internas em busca de melhores condições de sobrevivência. Em geral o chefe da família não tem qualificação para o trabalho da cidade e se acha sujeito a aceitar baixos salários. As dificuldades de adaptação são inúmeras, influindo de maneira negativa sobre o ajustamento social da família. Sendo, quase tôdas, famílias numerosas, só conseguem estabelecer-se nas favelas, formando os "cinturões de miséria".

3. PROMOÇÃO DA FAMÍLIA — MEIO DIRETO PARA A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR DO PRÉ-ESCOLAR

Qualquer comunidade que deseje ser uma comunidade bem estruturada, deve colocar a promoção da família em primeiro plano, a fim de lhe dar o devido lugar como propulsora de transformações sociais — fortalecê-la é fortalecer a comunidade.

Como fonte de educação básica para a vida, a família deve ser equipada de maneira que possam os pais enfrentar com a devida capacidade, os conflitos e as carências sociais que tendem a tornar a sua atuação menos positiva, influenciando de maneira direta na sua constituição e sobrevivência.

A família é o ponto de apoio de onde se pode partir para uma renovação social pela influência permanente que tem sobre a vida humana, recaindo sobre ela a responsabilidade constante da formação e educação de seus membros.

Quando os governos, nos países em via de desenvolvimento, sentem a necessidade premente de delinear uma Política Social de Bem-Estar, não podem deixar de nela incluir, um planejamento de proteção à criança, com ênfase no pré-escolar, tendo em vista as implicações futuras. O pré-escolar de hoje será o homem de amanhã e este homem deverá ser o cidadão consciente de suas obrigações, profissionalmente qualificado, logo mais produtivo, como reflexo positivo da formação que tiver recebido. Uma família organizada, meio material para o seu desenvolvimento integral, concorrerá, grandemente, para proporcionar as necessárias experiências positivas.

Entre os fatores que intervêm no bem-estar infantil, estão a formação dos pais, as condições de vida condignas, a composição em si da vida da família. Esta deve desincumbir-se de suas funções de maneira eficaz, a fim de proporcionar à criança, sobretudo ao pré-escolar, devido ao período de idade em que se acha, os cuidados físicos, a vigilância do crescimento, o estado nutritivo, a educação e principalmente o equilíbrio emocional que ele requer para se tornar um homem sadio moral e fisicamente.

A família como grupo da comunidade se proteja além dos elementos que a compõem, sofrendo cada membro individualmente a fusão do conjunto. Tem como responsabilidade precípua prover condições para que seus membros satisfaçam suas necessidades essenciais de amor, segurança e proteção. No entanto, como instituição social básica, foi profundamente atingida pelo impacto das mudanças sociais e principalmente pela revolução industrial. É sabido que a sociedade modela o homem, mas é dele que ela se origina; nenhuma mudança se dá sem que dela participe o homem, como causa, como instrumento ou como objetivo final. A família reflete, pois, todos os fenômenos que se dão no contexto social e tenta a cada mudança, redefinir seus papéis para adequá-los à novas situações. O seu equilíbrio resulta em grande parte, da integração que seus membros tiverem alcançado dentro do sistema familiar e esta integração está na dependência da capacidade dos pais em preencher seus papéis, influenciando de maneira direta, "no processo inicial de endoculturação e socialização".

A promoção da família, visa, através de uma adequada política familiar, a ajudá-la a restabelecer os seus padrões abalados por crises sócio-culturais. O processo de intervenção planejada na área da família, objetiva tanto quanto possível, corrigir distorções. Não se deve olvidar, no entanto, que ela tem o seu próprio padrão de comportamento, guardando a sua individualização tanto na normalidade quanto na desorganização.

Na mobilização de recursos para promover a família, torna-se necessário um processo de integração familiar, a fim de que ela tenha meios de reassumir o seu papel. É porém tarefa que demanda tempo e não pode ser feita precipitadamente. Exige uma tomada de consciência, tanto ao nível familiar como ao nível global da comunidade, de vez que é certa a necessidade de participação da família no processo de desenvolvimento do país.

É imprescindível o esforço conjugado do Estado e dos particulares na mobilização de recursos para a promoção integral da família, a fim de fortalecê-la, de elevar o seu nível cultural e moral, de dar valorização às suas funções sendo fundamental para o pleno desabrochar da criança e conseqüentemente do pré-escolar, que de modo geral, recebe menor atendimento por parte dos pais. Dai o objetivo urgente e precípua de formar os pais e principalmente a mãe, fazendo-os ver e compreender que é nessa idade que se dá a aquisição e fixação de hábitos positivos, que a personalidade tem que se formar, se refletindo, definitivamente nos anos escolares.

A política familiar terá uma rentabilidade positiva para a comunidade, se as próprias famílias tomarem consciência de seus problemas e procurarem os meios de os resolver. Para tanto, deve-se promover a mobilização de recursos humanos e materiais, bem como o interesse, a vontade e a decisão de fazer algo para solucionar as situações, implantar melhorias e suprir lacunas, sempre visando a formação global da família, como marco essencial de bem-estar da criança e como núcleo social que deve ser bem estruturado para conseguir suas funções. Sobretudo enfatizando o papel da mulher como mãe, dando a necessária dimensão ao papel do homem como responsável pela manutenção da família, e a de ambos na fortificação dos laços familiares.

É no entanto, de grande relevância, não cair no mito de uma família teórica, e para tanto a política familiar tem que se fundamentar num planejamento em termos de uma estrutura humana que seja objetiva e adaptada às atuais condições do país e às características de cada área a ser trabalhada — a mensuração dos problemas em termos positivos fará ver a realidade social global, permitindo iniciar a aplicação de medidas concretas, resultando num

conjunto de programas e serviços com o fim de promover o Bem-Estar social e de assim, prevenir ou melhorar as desarmonias sociais, visando principalmente fortalecer o grupo familiar.

Num programa de proteção ao pré-escolar deve necessariamente se incluir a formação do menor através da preservação das finalidades da família. O grupo familiar completo e estável, é indispensável para o normal desenvolvimento do pré-escolar, idade tão sensível às injunções exteriores. O seu bem-estar depende de sua situação global, tornando-se, por conseguinte, indispensável existir o apoio da família organizada.

4. ORGANIZAÇÕES QUE FORTALEÇAM A FAMÍLIA E ATENDAM ÀS NECESSIDADES BÁSICAS DO PRÉ-ESCOLAR

Há contingências que fazem com que a criança não possa usufruir dos benefícios da vida familiar. Na ausência do apoio natural da família é fundamental que a criança encontre organizações que a protejam, dando-lhe a possibilidade de se desenvolver normalmente, atendendo de maneira adequada às suas necessidades básicas, em seguro ambiente onde se sinta aceita e compreendida, sem contudo haver quebra dos laços familiares, funcionando, as mesmas, como força enriquecedora na vida da criança e da família. Daí a relevância dada aos programas de habilitação da mãe e que visam à educação da mulher, ponto básico da família. Estes devem ser prioritários em qualquer organização de proteção à família.

A substituição da família por uma instituição, exige por parte da criança, um grande esforço de adaptação, podendo acarretar trauma físico e psíquico se não estiver estruturada para atender às suas reais necessidades, sem contar com pessoal habilitado e que tenda a dissociar o pré-escolar da realidade da vida, pelo emprêgo de métodos educacionais.

A idade que menos é favorecida nesse setor é a do pré-escolar, não existindo, de modo geral, instituições capacitadas e em número suficiente para atendimento adequado. Existindo organizações aptas a alcançarem os objetivos de preservação do pré-escolar é fundamental incentivá-las e não existindo, torna-se uma necessidade criá-las, dando porém incremento às que não afastam a criança da família e que desenvolvem programas de "colocação familiar", "manutenção no próprio lar", e às obras que se destinam especificamente a suprirem, temporariamente a família, completando a sua ação (jardins de infância, casas da criança, etc.). A instituição não deve tender a substituir integralmente as funções essenciais da fa-

mília, sob pena de resultados negativos, acarretando infalivelmente o enfraquecimento da mesma, que pouco a pouco, transferirá a terceiros as suas responsabilidades. Toda organização de proteção ao pré-escolar deve favorecer a estabilidade da vida familiar e o desenvolvimento de suas funções primordiais.

Através de planos integrados, organizações governamentais e privadas, é que será possível superar os problemas sociais que dia a dia, nesse setor, tomam proporções alarmantes, marginalizando muitas famílias que vivem em condições infra-humanas.

Torna-se evidente a necessidade premente de colaboração estreita entre as diversas organizações que visam a proteção da família.

As organizações específicas de bem-estar da criança — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Departamento Nacional da Criança, Legião Brasileira de Assistência — têm nesse setor grande influência nas diretrizes que devem imprimir aos seus planos de atendimento ao pré-escolar, na formulação de programas integrados, bem como todas as organizações correlatas tanto estaduais como municipais.

A multiplicidade de programas e projetos isolados, dificultam a formulação de uma política familiar, favorecendo a duplicidade e esbanjamento de recursos.

5. A EQUIPE INTERDISCIPLINAR NOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA FAMÍLIA E DO PRÉ-ESCOLAR, EM NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL

Na orientação à família os trabalhos devem visar á obtenção de resultados práticos, condizentes com a realidade sentida. A diversificação de problemas de âmbito nacional, estadual e local, requer uma união de esforços no atendimento à complexidade desses problemas que se irradiam nos mais diversos setores da vida humana. Tarefa difícil, porém, não impossível a de traçar planos conjuntos para a elevação dos padrões de vida social, econômica e cultural das famílias e do melhor atendimento ao menor pré-escolar. A aproximação entre a família e a equipe interdisciplinar recomendável sobre todos os aspectos, pois o diálogo permite a compreensão de muitas dificuldades, possibilitando uma visão global dos problemas. Muitas vezes os resultados negativos advêm de um planejamento unilateral dos técnicos, resultando em projetos abstratos ou irreais.

O trabalho integrado executado por equipe interprofissional (assistente social, médico, professor, psicólogo, etc.) possibilita a troca de experiências resultando numa orientação positiva.

É evidente que cada profissional é insubstituível em sua interação com a família, porém a atuação do assistente social se caracteriza pela sua contribuição no sentido de uma compreensão mais ampla do indivíduo, de suas relações com os grupos e em sua comunidade. Cabe-lhe criar condições para tornar efetivo os programas planejados. O assistente social na equipe interdisciplinar interpretará para a família o plano de trabalho e a ajudará a se capacitar para resolver os seus problemas e se integrar na sua comunidade. Portanto, o Serviço Social, deve estar presente como portador da realidade vivida.

Nesse setor é significativo a sua ação formativa da família atuando junto a esta no seu próprio ambiente, na restauração de seus direitos, diante dos condicionamentos que trouxeram profundas alterações à vida familiar.

Os programas de promoção da família e do pré-escolar, em nível nacional, estadual e local, requerem a cooperação de diferentes profissionais, tanto na fase de planejamento, como na de execução.

Cabe às equipes interdisciplinares, dentro desta perspectiva, buscar constantemente atualização e adaptação de seus métodos e processos de trabalho e as diretrizes adequadas para a sua atuação nos diversos planos. A ação profissional não pode ser baseada no bom senso e sim em técnicas, normas, critérios, princípios e numa hierarquia de valores.

Maria Isabel Gonçalves

BIBLIOGRAFIA

- Action (L) Sociale dans un monde en pleine évolution — Administration des Affaires Sociales U.S.A. Campanha Educativa do D.N.Cr. — III
- Conferência Internacional da Família (XIV Conferência) R.J. — Julho de 1963.
- Conferência Latino Americana sobre la Infancia y la Juventud — Dessem aro de 1965. Congresso Brasileiro de Serviço Social (IH.^o) — Outubro de 1965. Congresso Mundial de Serviço Social (XI.^o UCISS — Julho de 1967.
- Documento de Estudo — LESTE I. — C.N.B.B. Enfant (L) sans famille — LUIS AUDIER. Enfants (Les) moralement abandonés — CLAIRE DUBUIS.
- Família, ação familiar, serviços de Assistentes Sociais — CBCISS — M.A. LEITE. Niños Carente de Cuidados — Secretaría de Administración de Bienestar — M.S.A.

TEMA :

DESENVOLVIMENTO

EMOCIONAL

DA CRIANÇA

DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA NA ESCOLA

Súmula de uma pesquisa sôbre os fatôres emocionais na
aprendizagem

Os que comparecemos à 11.^a Assembléia Mundial da OMEP que se reuniu em Paris em julho do ano de 1966, éramos onze educadores e professôres e dois médicos, regressamos ao Brasil decididos, por sugestão da educadora Laura Jacobina Lacombe, a liderar o movimento que o grupo Latino-Americano em boa hora resolvera dar início no que concerne ao estudo do desenvolvimento emocional, educação, saúde e assistência do pré-escolar.

Assim, por iniciativa do Comité Nacional da Criança, apoiada, logo em seguida, pelo Departamento Nacional da Criança e outras entidades dedicadas à infância, passamos a nos reunir, desde março do ano passado, semanalmente, para, em colaboração e sob a eficiente presidência do Dr. Flamarion de Affonso Costa, estudarmos e planejarmos o que ficou convencionado ser denominado de Encontro Inter-Americano de Proteção ao Pré-Escolar. Ulteriormente e tendo em mente que o Encontro Inter-Americano não é próprio para execução de qualquer projeto, mas para estudo de todos os aspectos do desenvolvimento da criança em idade pré-escolar a fim de habilitar-nos a traçar rumos e diretrizes ao melhor aproveitamento das virtualidades da criança, a designação ora usada, de Encontro Inter-Americano de Proteção ao Pré-Escolar será substituído por outra, mais adequada à natureza e à realidade do referido encontro.

O reconhecimento universal da importância das primeiras experiências de vida, desde o nascimento da criança, na gênese do temperamento, caráter, conduta e saúde física e mental do adulto, inspirou, em 1948 a fundação da Organização Mundial para Educação do Pré-Escolar — O.M.E.P.

No Brasil, o Comité Nacional da O.M.E.P. foi criado em 1952.

O nosso empenho aqui no Grupo de trabalho, como em todos os encontros concernentes à infância, tem sido o de pôr ênfase na observação e no estudo do desenvolvimento emocional e, sempre

que possível, na assistência a êste desenvolvimento, o rmais obscuro e complexo aspecto da criança, com o objetivo de dar continuidade aos desenvolvimentos harmoniosos e procurar o seu restabelecimento quando interrompido.

A base e o fundamento de nosso referido empenho decorre do resultado da investigação que desde o ano de 1952 até o de 1981, realizamos sob o patrocínio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.) do Ministério da Educação e Cultura com a colaboração de professoras públicas, principalmente do Jardim de Infância e do Primário e, a partir de 1965. em menor proporção, com professores particulares.

A investigação em prosseguimento tem por objetivo a pesquisa dos fatôres emocionais na aprendizagem.

As experiências e as repetições de experiências demonstraram que a criança repete com a professora, desde os primeiros contatos na Escola, as emoções, os sentimentos e as fantasias de sua relação com a mãe. desde as primeiras experiências do nascimento.

Com efeito, a criança repete com a professora a relação emocional estabelecida com a mãe. Esta relação da criança com a mãe, desde as primeiras experiências do nascimento, foi definida por Ferenezi e reformulada e expandida por Melanie Klein. A Psicanálise que a estuda denominou-a relação precoce de objeto.

Esta relação precoce de objeto e a sua transferência, realizada pela criança, na Escola, com a professora, constitui o conteúdo e o fundamento da investigação que há quinze anos nos ocupa.

A EXPERIÊNCIA

No ano de 1952 o Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério de Educação e Cultura recebeu cento e oitenta e duas professoras bolsistas, procedentes de dezenove Estados e de todos os Territórios do Brasil, para estágio em Escolas e cursos de aperfeiçoamento nesta cidade do Rio de Janeiro.

Por aquela época já havíamos aventado a hipótese da investigação dos fatôres emocionais no processo de aprendizagem. O estudo de como se aprende estimulava o nosso interêsse face às observações que havíamos feito sôbre dificuldades de aprender.

Com efeito, presentes as cento e oitenta e duas bolsistas daquele ano de 1952, a elas nos dirigimos, até certo ponto assim :

Observações sôbre dificuldades para aprender levaram-nos a formular a hipótese de estudar a relação criança-professôra.

A investigação que pretendemos fazer — dizíamos então às professoras — se as senhoras concordarem com o projeto de trabalho, é a da relação emocional entre a criança e as senhoras professoras, e a sua influência no processo da aprendizagem.

Estamos certos de que a professora adquire, no maior contato com a criança, apreciável conhecimento. É, todavia, um conhecimento empírico, logrado através de longo tirocinio e de exaustivas repetições de experiência.

O nosso trabalho, cumpre destacar, não será sobre o conhecimento racional. Será uma investigação sobre o conhecimento empírico que as senhoras têm obtido, às custas da intuição, no contato com a criança. Como a área da intuição é maior do que a área do conhecimento racional, é de concluir-se que as senhoras possuem grande conhecimento perceptivo da criança. Essa área do conhecimento perceptivo que é preenchida pelo tirocinio profissional e pela conseqüente repetição de experiência empíricas, de que falamos antes, alicença ou fundamenta o campo de validade dos estudos que vamos iniciar, se as senhoras consentirem em contribuir com experiência íntima e profunda da vida emocional na Escola.

Do exposto estarão as senhoras professoras a concluir que não terão o que aprender aqui; mas, se estiverem dispostas a contribuir com a experiência própria que têm, poderemos, juntos, em colaboração e em igualdade de condições, aprender muito.

A Escola foi, até agora, instituição destinada a ensinar. A consciência de que o homem sabe demais as coisas e de menos o próprio homem imprimiu radical reformulação da escola. A escola vem de ser reestruturada. Deixou de ser apenas instituição de ensino para ser também laboratório de observação, experiência e repetição de experiências — centro de estudo do que é o homem e de como êle é. E o estudo do homem, no sentido de Psicologia Profunda, faz-se na criança. Do mesmo modo que é, em suma, a criança que ressurge, quando estudamos o próprio homem.

As análises que procedermos poderão esclarecer os acontecimentos que se processarem na realidade interna da criança ou das senhoras professoras, bem como os que se estarão processando a seguir, agora e aqui, quando os acontecimentos de aprendizagem forem submetidos ao nosso estudo interpretativo.

O que aconteceu está acontecendo agora e aqui, sob novas formas e outros meios de expressão.

Para que as senhoras possam compreender esse fenômeno fundamental, o que aconteceu com a criança está acontecendo, agora e aqui, na relação da situação pedagógica com as senhoras — é ne-

cessano que tenham em mente o que é e como é a relação precoce de objeto. É a relação que a criança faz com a mãe, desde as primeiras experiências do nascimento. Prevaler-nos-emos de uma situação pedagógica apresentada, para estabelecer a relação entre o que se está processando na relação atual criança-professora e o que se está passando entre a criança e a família. Depois estudaremos a referida relação precoce de objeto.

Por esse meio é que procuraremos sugerir às colaboradoras da experiência a necessidade de compreender a relação precoce de objeto, nos seus aspectos relacionados com a aprendizagem a fim de ampliar o conhecimento da situação pedagógica e as repetições, nesta situação, das experiências anteriores da criança e de professora.

Em seguida à breve exposição solicitamos às professoras que estivessem decididas a participar da experiência que assinassem o nome, o Estado ou Território de procedência e o endereço aqui no Rio. Antes de terminar declaramos que a frequência seria livre e, ainda, que não forneceríamos diploma nem atestado de curso.

Verificamos ao fim de breve primeiro contato que, das cento e oitenta e duas bolsistas daquele ano de 1952, do I.N.E.P., todas presentes à reunião, somente dezesseis deixaram de se inscrever. E as dezesseis que não se inscreveram para participar da experiência citada, pertenciam ao grupo de dezoito professoras de Psicologia.

Para atender a vontade expressa de cento e sessenta e seis professoras de participar da experiência, organizamos três grupos de cinquenta e tantas cada um e passamos a trabalhar com o grupo A, nas segundas e quintas-feiras; com o grupo B, terças e sextas e com o grupo C, nas quartas e nos sábados.

A contribuição de cada professora era taquigrafada, bem como o nosso trabalho pessoal e, em seguida à tradução e a datilografia procedidas pela taquígrafa e datilógrafa, as cópias eram dadas diretamente às professoras para que corrigissem, completassem ou suprimissem o que quisessem. Somente o material consentido pelas professoras colaboradoras seria objeto de nossos estudos.

Findo aquele ano de 1952 e o estágio das bolsistas, iniciamos as operações de medida e de avaliação do material com o objetivo de numa repetição de experiência, procedermos a estudos de comparação sobre a condução das práticas educacionais antes e depois da experiência.

E foi o que realizamos dois anos mais tarde em três dos Estados selecionados, em cujas capitais repetimos com as mesmas professoras a experiência: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Do mesmo modo, quatro anos mais tarde repetimos a experiência em Goiânia com as mesmas professoras bolsistas de 1952 e dezenas de outras que se incorporaram ao grupo. E assim, como nas viagens aos três Estados do Sul, fomos, também, na de Goiânia, acompanhados pela coordenadora dos trabalhos D. Fany Bopp, do INEP e pela taquígrafa D. Maria da Luz.

Depois de seis anos de pesquisa deixamos de realizar trabalhos em outros Estados porque professores de Escolas Públicas desta cidade do Rio de Janeiro passaram a se interessar pela investigação e, com a sua colaboração, a necessidade das viagens deixou de existir.

O prosseguimento do trabalho pôs em evidência a necessidade de levar a pesquisa à Escola. Dirigimo-nos à então diretora do Jardim de Infância do Instituto de Educação, prof. Everildes Faria Lemos Bomfim e com a boa vontade do então diretor do Instituto de Educação e a compreensão do Secretário do Governo do então Distrito Federal, passamos a realizar a investigação no Jardim de Infância e em duas Escolas Públicas cujas diretoras, prof. Nair Ve-nega e Dinah Goulart de Andrade já se ocupavam com o nosso trabalho comum no INEP.

O acervo do trabalho, todo êle taquígrafado e corrigido pelas próprias professoras colaboradoras, foi objeto de estudos, relatórios e livro publicado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. do Ministério de Educação e Cultura.

Do estudo realizado e, ainda, em prosseguimento, podemos concluir, baseados na observação, na experiência e nas repetições de experiências, que a criança estabelece com a professora uma relação de objeto.

A relação de objeto, como a entendeu o mestre da Psicologia Educacional no Brasil — prof. Lourenço Filho — e a definiu no prefácio de nosso livro referido "designa a pessoa necessária à satisfação de impulsões e, assim, das mais vivas necessidades de afeto de cada indivíduo que, em particular, se considere."

A criança estabelece com a professora dupla relação. A primeira relação é com a professora como entidade e a outra relação é com a professora como representação do objeto ou dos objetos com os quais a criança fez as primeiras relações, desde o nascimento.

A segunda relação feita com a professora como representação do objeto e dos objetos com os quais a criança estabeleceu as primeiras relações age como molde para a relação com o professora como entidade e como motivação para a aprendizagem.

Por meio do estudo da relação da criança com a professora pode-se reconstituir como foi e como é a relação da criança com a mãe e com os primeiros objetos da constelação familiar.

A recíproca é verdadeira : por meio do estudo da relação da criança com a mãe precipuamente e com os demais objetos familiares, o estudo da relação criança-professora ganha nova dimensão, ao tempo em que enriquece e economiza as práticas educacionais.

As formas, os meios e as condições em que a criança se prevalece da professora para projetar fantasias, fazer representações mentais e, também, objeto autêntico e fiel de sentimentos e emoções podem ser estudados por meio do que se convencionou denominar o princípio da continuidade genética do desenvolvimento emocional, uma das bases dos nossos estudos.

A relação precoce do objeto, estudada e definida por Ferinzi, reformulada e expandida por Melanie Klein e aplicada à investigação dos fatores emocionais na aprendizagem, tem o caráter de uma reação reversível, como ficou sobejamente comprovado pela investigação.

A reação reversível da relação precoce de objeto — relação emocional criança-mãe, desde as primeiras experiências do nascimento — confere à Escola Maternal, ao Jardim de Infância, ao Primário e, precipuamente, à Creche e à Pupileira, a possibilidade de produzir modificações estruturais na criança. Esta possibilidade outorga à Escola a condição de Centro de Saúde Emocional da Criança e, em conseqüência. Centro de Profilaxia da doença Mental do adulto.

Face às conclusões baseadas na investigação dos fatores emocionais na aprendizagem, não nos seria dado deixar de contribuir com o mínimo que temos mas que é tudo que possuímos, para que, paralelamente a toda a assistência que estamos elaborando para dar ao pré-escolar, façamos, quanto em nós, para assisti-lo no seu desenvolvimento emocional a fim de assegurar-lhe a continuidade, quando harmonioso, e restabelecê-lo, quando interrompido.

Tendo em mente que o que denominamos doença mental é, rigorosamente, sintomatologia da verdadeira doença que tem por sede o sistema emocional, assistir o pré-escolar no que concerne ao seu desenvolvimento emocional é fazer a profilaxia da neurose e da doença mental do adulto.

Anexamos o "Roteiro" por meio do qual tomamos conhecimento de como se processou e atualmente, se processa a relação criança-mãe.

No comêço, esse "Roteiro" menor, fora organizado pela então professora de Jardim de Infância, nossa eficiente colaboradora, D. Carly de Carvalho Bento. À proporção que a pesquisa foi lenta e gradualmente se aprofundando no conhecimento da relação emocional da criança com a professora, paralelamente o "Roteiro" foi sendo ampliado.

Todavia, em que pese as sucessivas ampliações introduzidas, já se está mostrando insuficiente, o modêlo atual, para atender à soma de informações objetivas que o estado atual do conhecimento requer para apreender a insuficiência do lar e da escola no desenvolvimento emocional da criança.

Embora o campo de validez do nosso trabalho seja o psiquismo inconsciente é, todavia, partindo do psiquismo consciente que o atingimos.

Quando o objetivo que aqui nos reúne fôr concretizado em ação junto ao pré-escolar, apresentaremos, fundamentado no conhecimento obtido pela pesquisa e face o padrão de assistência que vier a ser indicado pelo órgão credenciado, o "Roteiro" adaptado à situação. E, igualmente, o programa de trabalho junto às professoras e enfermeiras, a fim de que elas se habilitem, por meio da observação e do acompanhamento do estudo de casos e da discussão de situações, a considerar a importância e as vinculações da vida emocional com a saúde física, a vida de relação e a atividade mental da criança.

Dr. Pedro de Figueiredo Ferreira

TEMA :

SAÚDE

E

ALIMENTAÇÃO

SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

Sob o ponto de vista biológico, pode-se considerar como **pré-escolar** a criança de 2 a 6 anos, de acôrdo com a orientação do Departamento Nacional da Criança e da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Saúde, como o mais completo estado de bem-estar físico, mental e social possível é mais que simples definição proposta pela OMS. Na realidade é uma meta a ser atingida, objetivando o atendimento integral da pessoa humana.

Tôda a assistência ao pré-escolar para ser completa, deve se desenvolver na criança em si e no ambiente que a rodeia com vistas, aos seguintes aspectos fundamentais :

- D Crescimento e desenvolvimento
- 2) Alimentação adequada
- 3) Profilaxia às doenças infecto-contagiosas
- 4) Profilaxia e tratamento das parasitoses intestinais
- 5) Assistência dentária
- 6) Prevenção de acidentes
- 7) Requisitos mínimos para a assistência médica ao pré-escolar
- 8) Coordenação de atividades e integração programática.

1) Crescimento e desenvolvimento

Aprecia-se o crescimento pela evolução do pêso e da estatura e o desenvolvimento físico pelas proporções do corpo, aptidão motora e grande maturação do esqueleto. São os fatores individuais (hereditariedade e aparelho endócrino) e os mesológicos (alimentação, condições higiênica da habitação e condições adequadas de vida) que vão interferir no crescimento e desenvolvimento. Sob o ponto de vista da proteção à criança os fatores mesológicos oferecem grande interêsse, por serem variáveis mais dependentes, por assim dizer, de nossa intervenção através de uma determinada política.

As medidas que devemos adotar para garantir o bom crescimento e desenvolvimento na idade pré-escolar — podemos dizer que, em têrmos gerais, são as medidas comuns de proteção à saúde. saneamento do meio, alimentação qualitativa e quantitativamente adequada, prática das imunizações preventivas, diagnósticos e tratamento imediato de infecções.

Em qualquer unidade que sirva de centro de assistência ao pré-escolar, a curva do crescimento e os dados sobre o desenvolvimento devem ser anotados com o possível rigor e acompanhar cada ficha individual, pois são os índices mais seguros para avaliarmos a saúde física e mental do pré-escolar.

2) Alimentação adequada

O drama das crianças nos países subdesenvolvidos tem como faceta mais importante a carência alimentar, principalmente no que se refere às proteínas, que são os alimentos plásticos por excelência do organismo.

São sobejamente conhecidos os danos causados pela deficiência de proteínas na alimentação. Retarda o crescimento, perturba a dentição, baixa a imunidade, favorece as infecções, e estudos recentes estão evidenciando dano irreversível na célula nervosa.

Podemos sentir a magnitude do problema se atentarmos para o fato de que no Brasil a população pré-escolar é superior a 12 milhões. Dentro do contexto de subdesenvolvimento econômico e social, todo plano de assistência ao pré-escolar confere atenção especial ao aspecto alimentar.

Em geral, as dietas recomendáveis aos pré-escolares contêm nutrientes e calorias, com alternativas máximas e mínimas como as seguintes :

Proteínas	— 15%	— 57 gr	— 45 gr
Gorduras	— 58%	— 58 gr	— 47 gr
Glicose	— 50%	— 187,5 gr	— 150 gr

NOTA : As calorias variam de 1 200 a 1 500 calorias por dia.

As fontes proteicas do mais alto valor biológico provém de alimentos de origem animal como carnes, vísceras, pescados, leite e derivados, ovos, etc. Também são fontes de proteínas muitos alimentos vegetais : amendoim, soja, feijão, lentilhas, grão de bico, castanha de cajú e do Pará, etc.

Diferentes centros de pesquisa sobre a alimentação têm procurado compostos alimentares que atendam às necessidades proteicas, tentando criar fórmulas alimentares mais baratas, de acordo com recursos e hábitos alimentares de cada região.

O Departamento Nacional da Criança, sob a égide do Dr. Rinaldo de Lamare, vem realizando estudos sobre alguns tipos de alimentos para atender às necessidades nutritivas da criança, vin-

culando-as à realidade sócio-econômica nacional. O aproveitamento da soja associada ao leite em pó desnatado tem mostrado boa aceitabilidade, tolerância e aproveitamento como complemento alimentar dos pré-escolares.

**REGIMES ALIMENTARES PARA uma CRIANÇA DE 4 ANOS
(1.400 a 1.500 Calorias)**

1.º REGIME	Alimentos	Sugestão	Pêso g	Medidas aproximadas
DESJEJUM.	Leite Maisena Milho Açúcar Pão Manteiga Laranja,	Mingau	200 20 5 10 50 5 60	1 copo e meio 1 col. de sopa 1 col. de chá 1 col. de sopa 1 pequeno 1 col. de chá 1 xic. de café
ALMOÇO ..	Peixe Batata Abóbora Queijo Goiabada	Assado Inglêsa coz.	50 100 50 60 60	1 fatia média 1 média 1 fatia 1 fatia média 1 fatia média
JANTAR ..	Carne Macarrão Ervilha Fruta cítrica	Assada Sopa Laranja abacaxi ou manga	75 50 35 100	2 fatias médias 3 col. sopa cheias 2 col. sopa 1 ou 2 fatias

2.º REGIME

DESJEJUM.	Leite Café Pão Manteiga Fruta	Cítrica	150 20 100 5 100	1 xic. chá 1 col. sopa liq. 2 pequenos 1 col. de chá 1
ALMOÇO ..	Carne Arroz Tomate Alface Batata Sorvete Biscoito	Moida Cozido Creme	75 50 50 50 100 20	2 col. sopa cheias 2 col. sopa cheias 2 3 folhas 1 tam. comum 1 pote 2
JANTAR ..	Presunto ovo Batata Sopa Banana Biscoito	Mexido Purê c/leite De legumes Maria	40 50 100 100 20	2 fatias 2 col. de sopa 1 prato fundo 1 tam. médio 2

Fonte : De Lamare, Rinaldo, Dr. "in" Manual Básico de Alimentação Escolar — Vitor Publicações, 1967.

3) Profilaxia das doenças infecto-contagiosas. Imunizações

A imunização é uma das grandes armas dos programas de saúde, especialmente nas áreas de subdesenvolvimento, visando o controle de certas doenças em uma coletividade. Para o desenvolvimento dos programas de vacinação, ainda uma vez cabe aos profissionais de medicina e educadores um papel relevante, quer por seu contato permanente com as crianças, quer pela influência social e educativa que exercem sobre toda a população.

A seguir apresentamos o calendário de imunizações recomendado pelo Departamento Nacional da Criança e organizado de acordo com as conveniências do meio. Não há nenhum esquema rígido a este respeito, fazendo-se necessário apreciar judiciosamente cada caso concreto.

CALENDARIO DE VACINAÇÕES

Até 1 mês — BCG

- 2 meses — Vacina tríplice (difteria-coqueluche-tétano)
 - Vacina antipólio, tipo "Sabin", trivalente
- 3 " — Vacina tríplice — DPT
- 4 " — Vacina tríplice — DPT
 - Vacina antipólio, tipo "Sabin", trivalente
- 6 " — Vacina antivariólica
 - Vacina antipólio, tipo "Sabin", trivalente
- 9 " — Vacina contra sarampo
- 18 " — Vacina tríplice — DPT
 - Vacina antipólio, tipo "Sabin", trivalente

2 anos — BCG

- 4 " — Vacina tríplice — DPT
- 5 " — Vacina antivariólica
- 6 " — BCG
 - Vacina antipólio, tipo "Sabin", trivalente
- 7 " — Vacina antidiftérica-tetânica — DT
- 10 " — Vacina antivariólica
- 12 " — BCG
 - Vacina antitetânica

4) Profilaxia e tratamento das parasitoses intestinais

A criança é particularmente suscetível a adquirir infestação verminótica, cujas manifestações, em geral, assumem maior gravidade.

Podemos dizer que o grau de infestação de uma coletividade depende :

- a) do saneamento básico (tratamento de água e esgoto);
- b) do estado educacional da população;
- c) do estado nutricional de sua população.

Não obstante possuímos, nos últimos anos, ótimos e quase atóxicos agentes anti-helmínticos, devemos reconhecer que o grau de infestação pouco se tem reduzido e a reinfestação dos casos curados é quase a regra. Os elementos fundamentais condicionadores das infestações só podem ser afastados com o progresso social e enriquecimento da comunidade, quando esta possa promover os programas de profilaxia. Recomenda-se entretanto, que a infestação parasitária deve ser tratada.

Para a prevenção de parasitoses intestinais, são recomendáveis algumas medidas gerais :

- a) tratamento adequado de material fecal humano a fim de que os ovos ou larvas, em seu período de viabilidade, não possam entrar em contato com outras pessoas contagiando-as;
- b) educar a população, especialmente as crianças, para que evitem águas contaminadas e alimentos de higiene duvidosa e lavem sistematicamente as mãos, após uso de sanitários e antes das refeições;
- c) alimentar adequadamente a população, pois o bom estado nutritivo é limitante do grau da infestação e da ação patogênica dos parasitos;
- d) tratar os dentes.

5) Assistência dentária

A idade pré-escolar é uma fase de dentição mista, com uma dentição temporária pura e uma permanente.

A falta de uma higiene adequada pode ocasionar, com grande freqüência, processos inflamatórios, surgindo problemas em relação à erupção dentária e à formação de cáries.

O tratamento deve ser orientado precocemente, não sendo recomendada a extirpação de peças cariadas, a não ser em casos extremos.

compete ao dentista a educação sanitária odontológica, orientando as crianças e principalmente as mães quanto às medidas de higiene oral e controle dos alimentos açucarados, a aplicação tópica de sais de flúor como elemento de prevenção de cáries.

Cabe também ao dentista integrar a equipe de saúde pública, estudando as medidas de fluoretação das águas de abastecimento dos centros comunitários, prevenindo assim a formação de cáries na coletividade.

6) Prevenção de acidentes

A curiosidade das crianças pode causar sérios acidentes, às vezes fatais.

Para ajudar a evitar esses desastres devem ser tomadas algumas precauções. Por exemplo :

Não encha de água ou qualquer líquido de beber as garrafas vazias de inseticidas nem as deixe à mostra.

Guarde, sempre que acabar de usar, os materiais de limpeza.

Não coloque detergentes ou ácidos em garrafas vazias de refrigerantes .

Não deixe ácidos, tóxicos e cáusticos em prateleiras ao alcance de crianças. Se a criança engoliu algum tóxico, faça-a vomitar e procure um médico, mas não se deve fazê-la vomitar se estiver inconsciente, com convulsões ou se tiver engolido algum corrosivo ou derivados do petróleo.

Verifique sempre o rótulo do remédio que vai usar.

Não deixe ao alcance de crianças remédios, potes de cosméticos, fósforos, álcool, fogareiros e aparelhos elétricos.

Cuidado com crianças em janelas.

Cuidado com os objetos perfurantes, cortantes ou contundentes.

Atenção com os bicos de gás e tomadas elétricas.

As crianças menores não devem brincar com coisas muito pequenas (grão de milho, de feijão, medalhas, etc; podem engoli-las ou introduzi-las no nariz ou ouvido.

7) Requisitos mínimos para assistência ao pré-escolar

Sempre que possível, deve existir nas unidades médico ou sócio-assistenciais consultório especializado para o atendimento que o período reclama. Inexistindo instalações físicas, equipamentos ou pessoal disponíveis, o atendimento poderá se realizar, utilizando os serviços de puericultura em funcionamento, nos quais os menores devem continuar o controle iniciado na época de lactente.

Em um país em desenvolvimento como o nosso não se pode ter assistência médica e dentária nas próprias escolas porque requerem muitos recursos para sua manutenção. A assistência ao pré-escolar será integrada nos planos gerais de saúde e alimentação.

Deve ser intensificada a educação em saúde, o ensino de prática de bons hábitos higiênicos e de alimentação, e educar a população para que utilizem os serviços assistenciais da comunidade.

8) Coordenação de atividades e integração programáticas

Há absoluta necessidade de coordenação entre educadores, serviços médico-assistenciais, pais e comunidade para atender as necessidades globais do pré-escolar.

Trata-se de processo novo e como tal tem implícitas mudanças sócio-psicológicas, tanto dos líderes comunitários, como dos executivos locais e da própria população.

Para sua instalação será necessária alguma forma de comunicação entre os setores interessados e a possibilidade de serem reunidos em torno de motivo de interesse comum : a saúde do pré-escolar.

Deverá ser encarada como um processo puramente local, flexível e adaptado às variáveis locais, de tal modo que o êxito seja garantido desde o início, mantido e incrementado.

Para que este processo se instale há necessidade de liderança, que tanto pode existir entre os profissionais de medicina como provir de educadores, de pais ou outras legítimas lideranças compatíveis.

O pré-escolar apresenta condições favoráveis à coordenação das atividades que lhe dizem respeito.

A exigência de requisitos sanitários para que o pré-escolar frequente estabelecimentos educacionais é o primeiro passo para o início de trabalho de coordenação.

Serão solicitados atestados de vacinas tríplice, Sabin e antivariólica; o contrôle da tuberculose será feio pelo BCG e em casos duvidosos raio-X do tórax, se para tal houver recursos na comunidade. Hemograma e exames de fezes serão outras exigências de acôrdo com os recursos locais.

À escola não caberá executar estas atividades e sim educar crianças e pais para que recorram aos serviços médico-assistenciais da comunidade.

como conseqüência da coordenação os custos operacionais serão reduzidos, evitando-se a duplicidade de atividades.

PROF. CESAR PERNETTA — Catedrático de Pediatria da Faculdade Fluminense de Medicina.

PROF. DAVID WAINSTOCK — Docente Livre da Cadeira de Pediatria da Faculdade Fluminense de Medicina.

PROF. ETHER STENIO — Catedrático da Faculdade Fluminense de Odontologia.

DR. OTÁVIO AMAURY GUIMARÃES PEREIRA — Chefe de Serviço de Puericultura do Instituto Fernandes Figueira.

D. MARIA CUNHA — Da OMEP.

Coordenadora :

DRA. DALVA COUTINHO SAYEG — Chefe da SAOS do DNCr.

TEMA:

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO

Partindo do princípio que conceitua o pré-escolar como a criança de 0 a 6 anos, é difícil fazer uma afirmativa da sua situação no Brasil, uma vez que não existem dados estatísticos suficientes a respeito. Contudo, tomando como base a realidade do Estado da Guanabara, um dos que melhores oportunidades oferecem às crianças nesta faixa etária, é possível afirmar que esse atendimento constitui uma lacuna verdadeiramente desoladora, entre nós, considerando a importância dos primeiros anos de vida.

1. A importância dos primeiros anos de vida

É nesta fase, mais precisamente até seis ou sete anos, que se forma a personalidade do indivíduo; assim, é preciso aproveitar todas as ocasiões para que a criança forme seus padrões de comportamento, se desenvolva com tranquilidade em todos os seus aspectos — emocional, físico e intelectual — se integre na sociedade, atendendo às suas necessidades e respeitando sua capacidade e, sobretudo, seja feliz.

Ajudando o pré-escolar a se tornar um indivíduo consciente de si próprio, de suas responsabilidades e capacidades, formar-se-á, uma sociedade mais ajustada, concorrendo positivamente para um mundo melhor.

É preciso lembrar que as crianças de hoje são iguais às de milhares de anos atrás — no entanto, são desafiadas a enfrentar um mundo em constante transformação, com distâncias que se tornam cada vez menores, com uma tecnologia sempre mais complexa e ampla, apequenando o Universo.

É fora de dúvida que a infância é um período importante no desenvolvimento da personalidade humana. Não só interesses, valores e atitudes, como também qualquer problema emocional ou social que se verifique nessa fase tende a permanecer na vida adolescente e adulta.

Sua personalidade e seu grau de aprendizagem são profundamente influenciados por suas diferentes atividades espontâneas e o convívio social no lar e na escola. A riqueza ou falta de estímulos podem incentivar ou inibir o desenvolvimento físico, psicológico e social.

2. Assistência ao desenvolvimento da criança

A aprendizagem da criança no lar se faz para vida pela própria vida. O amor dos pais proporciona ambiente favorável a todos os aspectos da educação. Quando compreensíveis, os pais dão aos filhos segurança emocional, ensinam hábitos essenciais, enriquecem a vida com variedade de experiências e respondem às suas perguntas. Sem programa intelectual definido, surgem naturalmente os primeiros conhecimentos e o significado dos primeiros vocábulos. Quem observou crianças órfãs, esfaimadas por um pouco de atenção e carinho, e mediu-lhes o vocabulário pobre e a atividade manual atrasada, terá comprovação das conseqüências trágicas da carência de amor : instabilidade motora e afetiva e atraso mental.

Em grandes centros urbanos, como o Estado da Guanabara, o trabalho da mãe fora do lar, a falta de espaço no apartamento, a complexidade crescente da vida moderna, criou o problema da educação da criança pequena, em berçários, pupileiras, creches, escolas maternais e jardins de infância. O pessoal dessas instituições deverá ter formação adequada para ministrar à criança atendimento integral : físico, sócio-emocional e intelectual, de acôrdo com a faixa etária a que pertençam. Quanto menor a criança, maior assistência pessoal exige a sua educação.

A limitação de espaço e da atenção pessoal da educadora inibe a atividade infantil, causando sérios prejuízos ao seu desenvolvimento .

\ 3. Importância da relação Lar-Escola

A educação é obra de conjunto, de cooperação, de troca de experiências entre a família e a escola, entendendo-se como escola tôdas as unidades educacionais que se ocupam do desenvolvimento da criança.

Ao educador cabe obter a confiança de provar que realmente se interessa pelo desenvolvimento das diferentes aptidões da criança.

Relações entre lar-escola não são estéreis : tanto pais como educadores ganharão muita coisa, porém, mais do que eles, se beneficiarão as crianças. Isto se evidencia se lembrarmos que, desta forma, a criança será melhor compreendida por pais e educadores e que poderão ser alcançados os objetivos de uma boa educação. objetivos que, uma vez atingidos, mostram que o trabalho realizado em equipe é mais proveitoso.

Os pais devem ser esclarecidos quanto às atividades da escola, de seus objetivos. Precisam tomar conhecimento das dificuldades e problemas de seus filhos, não para premiá-los ou castigá-los, mas com a finalidade de colaborar com o educador na solução de tais deficiências.

4. Formação adequada do pessoal responsável pelo atendimento ao Pré-Escolar

Tôdas as pessoas que convivem com o pré-escolar deveriam conhecer suas necessidades básicas : como consequência imediata de sua influência sobre a criança, êste preparo deveria ser iniciado na formação dos jovens que irão constituir a família. Sendo os pais os primeiros educadores a orientação deverá ser feita através do atendimento pré-natal, difusão de informações pela imprensa, rádio e televisão, clubes de mães, escolas e círculos de pais.

As instituições que atendem à criança na falta temporária ou permanente da família, deverão contar com pessoal especialmente preparado para o desempenho dêste mister. Nas escolas maternais e jardins de infância a educadora deve incentivar a evolução natural, cabendo à criança a iniciativa de organizar a sua própria atividade. Deve a professora possuir conhecimentos para continuamente alimentar o vivo interêsse com que a criança investigue o seu mundo. Diante disso, sendo grande a responsabilidade da educadora, ela deverá obrigatoriamente ser formada por eficiente curso de especialização.

5. Objetivos da educação pré-escolar

A educação pré-escolar deve incentivar o pleno desenvolvimento físico, emocional e social da criança e sua integração no meio social. O currículo deve abranger todo o conjunto de vivências e atividades fundamentais da educação. Ao planejá-lo será necessário atender a tudo que promove o crescimento físico, intelectual, e sócio-emocional da criança. A falta do atendimento adequado a todos os aspectos do desenvolvimento terá como consequência inevitável o atraso da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita : a criança que não aprendeu a viver e falar não está em condições de aprender a ler.

Em situações naturais de vida semelhantes ao ambiente familiar, deverá o currículo abranger : 1) saúde; 2) a vida social; 3) o prazer da musica; 4) o trabalho criador das artes plásticas; 5) o convívio com a natureza e o mundo variado das coisas; 6) liberdade de correr, brincar ao ar livre; 7) a observação e o comen-

tário espontâneo da experiência; 8) a fantasia no reino encantado das histórias; 9) a formação de hábitos indispensáveis à vida; e 10) auto-avaliação do seu comportamento.

O planejamento de um programa destinado a pré-escolares precisa atender à combinação de determinadas necessidades, equilibrar as atividades de modo a dar consideração igual a todas elas. Assim, dará oportunidade de prover equipamentos que atendam às necessidades físicas, oferecerá riqueza de experiências de modo a promover a expressão criadora e as bases do futuro desenvolvimento intelectual. O programa deverá orientar as crianças, levando-as a modificar seu comportamento como membros do grupo social e adquirir controle emocional próprio de crianças dessa idade. Vai ajudá-las a desenvolver interesse e apreciação pela escola, proporcionando-lhes experiências satisfatórias de aprendizagem.

O currículo deve ser submetido a uma avaliação contínua a fim de verificar se o mesmo é adequado aos pais, à escola e à comunidade, atingindo um nível que esteja de acordo com as altas responsabilidades da educação pré-escolar.

6 e 7. O Ambiente

O ambiente destinado a pré-escolares, deverá ser sadio, seguro e atraente, facilitando a realização de uma educação pré-escolar desejável. Tal ambiente deve ser rico em experiências, completo e feliz para obter de cada criança, o máximo de desenvolvimento, de acordo com a sua capacidade, idade e necessidade.

É indispensável haver um entrosamento entre educadores e fábricas especializadas para atender às necessidades de pupileiras, creches, escolas maternas e jardins de infância no que diz respeito a recursos audiovisuais, mobiliário, instalações diversas, jogos, brinquedos, etc.

CONCLUSÃO

como bem resumiram Foster e Headley a educação pré-escolar não esquece que :

- há muitos hábitos, habilidades e atitudes essenciais ao ajustamento satisfatório do indivíduo e que podem ser adquiridos eficientemente antes que a criança esteja pronta para uma instrução escolar mais formal;

- tãda crianãa precisa de experiẽncias que fomentem seu desenvolvimento ffsico, social, emocional e intelectual;
- cada crianãa deve receber tãdas as informaãões que almeje e que possa assimilar;
- tãda crianãa tem muitos interẽsões que devem ser reconhecidos;
- tãda crianãa necessita aprender a trabalhar e brincar com outras;
- tãda crianãa precisa aprender a pensar por si mesma;
- tãda crianãa aprende mais fãcilmente agindo que através de palavras;
- tãda a crianãa, se privada da experiẽncia real, aprende mais fãcilmente através de brinquedos e gravuras que por palavras;
- tãda crianãa almeja sucesso ou, pelo menos, apreciaãõ pelos seus esforãos;
- tãda crianãa aprende com maior rapidez se fõr incentivada a fazer maior esforão;
- tãda crianãa é sensível as atitudes das outras para com ela;
- tãda crianãa aprende com mais prazer se puder analisar suas experiẽncias através de meios como : dramatizaãõ, debates, desenho e modelagem;
- tãda crianãa reage mais prontamente à apreciaãõ e à crítica construtiva do que se fõr ignorada ou severamente criticada;
- cada crianãa difere de tãdas as outras em habilidades herdadas e experiẽncias passadas;
- cada crianãa tem seu prãprio padrão de desenvolvimento;
- e ainda acrescentamos : tãda crianãa, de acõrdo com suas aptidões, tem o direito da expressãõ livre e criadora.

Concluindo, sabemos que "os pré-escolares são seres humanos. como aliás o foram desde o nascimento e continuação até à morte. Agirão sempre como seres humanos. Têm direitos e privilégios e responsabilidades próprias dos membros de uma sociedade democrática. As experiências dessa faixa etária ter-lhe-ão dado a capacidade de se responsabilizarem pelo seu próprio comportamento. como seres humanos eles continuarão a crescer e a necessitar de segurança, amor e educação a fim de se ajustarem a experiências novas."

Prof. Yara Prado Maia de Farta Euterpe

C. Gil Dieguez Vilma Cunha

Heloisia Marinho

BIBLIOGRAFIA

ABI-SABER NAZIRA F. — O que é Jardim de Infância.

FOSTER e HEADLEY — Jardim de Infância — Principios Gerais — Direção de Atividades.

MARINHO HELOISA — Vida e Educação no Jardim de Infância.

KLAUSMEIER - DRESDEN - DAVIS - WITTICH — Ensinando na Escola Primária.

WILL e STEGEMAN — A Vida no Jardim de Infância.

TEMA :
HABITAÇÃO

HABITAÇÃO

A CRIANÇA E A HABITAÇÃO

I. INTRODUÇÃO

Os aspectos da vida da criança associados à casa e ao equipamento comunitário têm sido tipicamente objeto de estudos quantitativos que partem de um exame mais ou menos estático das condições atuais e de padrões de adequação físico-sociais mínimos, visando extrapolar esses dados a situações futuras que serão objeto de planejamento detalhado. Progressivamente, esses estudos tendem a abstrair-se do processo interativo entre a criança e o ambiente, para concentrarem-se nos componentes elementares da casa e da comunidade, tomados isoladamente.

Não queremos diminuir a importância desta técnica de planejamento. Sua utilidade é evidente na tradução de objetivos de política social em programas específicos de serviços habitacionais e urbanísticos. Entretanto, é preciso ressaltar que, na própria formulação dos objetivos gerais do planejamento, estão implícitas diversas concepções a respeito do processo interativo entre a criança e o meio ambiente. É importante portanto, examinarmos mais detidamente esse processo e tentarmos relacionar essa análise a algumas características da estrutura habitacional e comunitária.

II. A CASA E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A casa, mesmo em sua estrutura física, não pode ser considerada em nenhum momento como sendo separada de seus habitantes. Ao contrário, deve ser entendida como parte de um sistema interativo entre pessoas e ambiente físico.

Várias experiências de socialização da criança podem ser incorporadas ao próprio desenho das habitações e do equipamento comunitário. Entretanto, alguns esforços neste sentido têm demonstrado que ainda fazemos muito pouco a respeito da interação das crianças com o ambiente, especialmente durante o período pré-escolar. Dispomos, isto sim, da intenção séria de modificar o ambiente constrangedor da maioria das comunidades latino-americanas através da intensificação ou do desenvolvimento daqueles elementos da casa e da comunidade que suportam ou estimulam o desenvolvimento da criança.

De que maneira, então, é possível ajustar o planejamento habitacional às necessidades de um grupo de idade específico? A resposta genérica a essa pergunta seria : através da compreensão dos principais processos de desenvolvimento dos indivíduos nesse grupo de idade e da identificação dos elementos físicos da casa que contribuam para propiciar e sustentar esse desenvolvimento no tempo.

Procuremos relacionar êsses dois aspectos numa análise das principais etapas do desenvolvimento da criança, desde seu nascimento até aos seis anos de idade.

O movimento preponderante observado nesta faixa de idade é um movimento de transformação de uma situação de total dependência do mundo adulto a uma significativa dose de controle por parte da criança sobre o ambiente físico-social. Quais as principais experiências de socialização, pelas quais a criança passa durante este período de transformação? Que condições físico-ambientais correspondem a essas experiências?

Em seu primeiro ano de vida, a criança aprende a confiar em que lhe serão asseguradas as condições físicas básicas de sobrevivência. Esta é a fase em que ela ainda depende essencialmente do mundo adulto e que, psico-socialmente, precisa resolver o problema de adquirir um substrato de confiança básica em relação ao mundo exterior. A estrutura da casa atende ou não às necessidades desta etapa do desenvolvimento da criança, à medida em que fornece um espaço abrigado, compreendendo condições mais ou menos estáveis no que diz respeito ao ritmo de variação da luz, da temperatura, do ruído e dispondo de um nível ótimo de ar e de água para seu consumo. A estrutura da casa nesta fase atende essencialmente às necessidades básicas de segurança e salubridade, contribuindo ao mesmo tempo para a organização dos períodos de repouso e atividade, entre os quais se alterna a vida da criança. Deve a casa, em última análise, favorecer aptidões ambientais que, progressivamente, se tornem mais previsíveis para a própria criança.

Ao procurarmos especificar quais são as exigências médias de uma criança até um ano em termos de espaço e dos atributos formais da casa mencionados acima, é importante lembrarmos que — se excluirmos as situações extremas — a definição do nível normal ótimo de adaptação físico-ambiental depende de vários fatores. Destacamos como principais as variações decorrentes dos ciclos de atividade e dos ciclos de repouso da criança por um lado e, por outro, as variações correlacionadas às características sócio-culturais das famílias que informam o processo de socialização.

Durante o segundo e o terceiro ano de vida, a criança atravessa uma fase de intensa maturação muscular e passa a exigir da casa outros atributos além daqueles que lhe garantem a subsistência num clima de segurança e salubridade. É neste período que processos mais complexos de interação social, de desenvolvimento cognitivo e expressivo contribuem para a cristalização de um sentimento de autonomia relativo às pessoas e às estruturas formais da casa.

Esta fase do desenvolvimento da criança tem várias implicações para o planejamento habitacional. A principal delas é que a criança deve ter maior acesso a ambientes diversificados, tanto na casa quanto nos espaços externos subjacentes, tal como o quintal ou o jardim. Em termos arquitetônicos, a distribuição dos espaços acessíveis deve ser tal que, progressivamente, leve a criança a identificar atributos formais visíveis da casa com atividades específicas.

Como sabemos que o problema básico de ordem psico-social a ser resolvido nesta fase é o problema da autonomia, pois começam a ficar mais claras para a criança as distinções entre a sua pessoa, os demais membros da família e os objetos circundantes, parece importante que a casa facilite esta diferenciação, sem ameaçar destruir aquele sentimento de confiança básica no mundo exterior, conquistado na primeira fase de seu desenvolvimento.

Tipicamente, nesta fase a criança começa a relacionar as atividades de alimentação, de repouso, de brincar, de higiene pessoal, respectivamente à cozinha, ao seu quarto, ao quintal, ao banheiro, por exemplo. Além disso, passa a relacionar esses espaços dedicados a atividades específicas, com estruturas temporais e sociais também específicas. Aos poucos esses vários elementos vão sendo combinados pela criança em modelos mentais que representam os diversos ambientes da casa e que orientam a estruturação de seu comportamento. Assim, progressivamente, ela vai diminuindo o grau em que depende da interferência direta dos adultos.

De que maneira as características formais visíveis da casa podem contribuir para incrementar o desenvolvimento da criança nessa fase? Em primeiro lugar, a forma e a disposição do espaço acessível à criança deve propiciar a identificação de informações sobre o ambiente. Em geral, é possível obter esse resultado através da manipulação das escalas, das texturas e das cores, facilitando à criança a identificação dos limites entre os vários ambientes da casa. Por outro lado, é necessário estender aos novos ambientes a que tem acesso a criança, elementos que garantam sua segurança

sem a supervisão constante dos adultos. Enquadram-se aqui as cercas em volta dos gramados nas casas e as grades nas janelas dos apartamentos.

Finalmente, o quarto e o quinto ano de vida da criança caracterizam-se pela maturação de sua capacidade locomotora. Que tipos de exigências físico-espaciais se relacionam a esta fase? Que tipos de crises psico-sociais em geral a acompanham?

Pode estar de pé a caminhar com segurança por suas próprias forças, correr e saltar com desembaraço, são transformações que modificam fundamentalmente o relacionamento da criança com o meio ambiente. Ela sente-se quase que tão capaz quanto os adultos e inicia o longo processo criativo de desenvolver sua capacidade de iniciativa. Da mesma maneira que na fase anterior demos ênfase à novidade, ou seja, ao desenvolvimento cognitivo e perceptual da criança, ressaltamos nesta fase suas necessidades expressivas, conquanto, por certo, em ambas as fases os dois fatores estejam intimamente relacionados.

Entre quatro e cinco anos, a criança começa a inventar seus próprios programas de atividades, expressando assim sua crescente capacidade de iniciativa que surpreende a ela mesma e aos adultos. A principal variação, introduzida por esta fase do desenvolvimento da criança no planejamento habitacional, provém do substancial aumento de atividades diferentes, nas quais a criança procura se engajar, usando extensões cada vez maiores de espaço. Dificilmente, num país em processo de desenvolvimento, é possível projetar uma casa que inclua ambientes diferentes adaptados a todas essas novas atividades. Aparece então a necessidade de fazer com que os ambientes já existentes na casa tornem-se mais flexíveis à programação de atividades infantis. Em outras palavras, mais receptivos ou abertos a variações de uso que dêem à criança. Aparece também a necessidade de relacionar de maneira mais estreita o uso pela criança, das facilidades da comunidade e da casa. De qualquer forma, na casa, esta expansão do número e dos tipos de atividade implica em que a criança tenha um maior grau de liberdade de ação, mas também que essa liberdade adicional não venha interferir com as exigências funcionais e espaciais dos demais membros da família. Se assim permitir a estrutura formal da casa, a criança mais facilmente exercita sua capacidade locomotora, iniciando ao mesmo tempo o desenvolvimento de seu senso de mestria que, tipicamente, vai cristalizar-se só na fase escolar.

Resumindo portanto, vemos que para atender às necessidades de relacionamento ambiental que acompanham o desenvolvimento da criança até seis anos, a casa deve ser segura, higiênica e dispor

de áreas acessíveis à criança que sejam ricas em cor, textura, movimento e forma de ocupação espacial, compatíveis com suas diversas atividades. A significação da casa para a criança aumenta ainda na medida em que permite — em determinados espaços e com certos equipamentos — a manipulação direta do ambiente pela criança que conseguirá, assim, expressar e exercitar de maneira concreta sua maior capacidade de controle sobre o meio.

III. A COMUNIDADE

A maior parte das funções que a casa desempenha no desenvolvimento da criança supõe a existência de uma estrutura comunitária que reforce, suplemente ou mesmo desempenhe alguns dos papéis acima identificados como sendo da casa. Sob certos aspectos, a participação da comunidade neste processo é tanto maior quanto mais limitadas forem as facilidades disponíveis na casa. Entretanto, a comunidade também desempenha no desenvolvimento da criança, funções que lhe são precípuas, tais como : a estruturação dos serviços curativos e preventivos de saúde; dos serviços de educação ao pré-escolar; além de vários outros serviços assistenciais, que são objeto de programas específicos amplamente discutidos em outros trabalhos desse encontro.

Sem entrar em detalhes sobre cada um desses programas, gostaríamos de ressaltar, entretanto, que as decisões eminentemente urbanísticas adotadas em determinada comunidade — tais como distribuição de espaço e atividades, zoneamento, densidades habitacionais e calendário básico de atividades — afeta visivelmente a eficiência dos serviços específicos que venham a ser organizados para a proteção do pré-escolar. É crucial, portanto, que tanto os planos habitacionais quanto os planos urbanísticos sejam sensíveis às necessidades específicas das crianças, enumeradas de maneira preliminar neste trabalho.

Para terminar, lembraríamos ainda que a comunidade sempre foi um dos meios pelos quais os aspectos formais e substanciais da sociedade são transmitidos à criança. A comunidade sempre foi vista por crianças de todas as épocas históricas, como sendo um território a ser explorado e um cenário onde poderiam testar sua própria identidade. compreender essas funções de desenvolvimento desempenhadas pela comunidade e encontrar maneiras de aprimorá-las, nos parecem que deveriam ser as preocupações fundamentais do planejador físico de uma comunidade moderna.

Em especial, é preciso ter sempre em mente que o ambiente comunitário, seja urbano ou rural, mas principalmente o ambiente urbano, é um imenso receptáculo de informações. Os estímulos pro-

venientes desse ambiente, os diversos modos de vida que engloba. seus acontecimentos e equipamentos, tudo isso compõe ocasiões pre-vilegiadas para o aprendizado. uma política de desenvolvimento urbanístico da comunidade que se ativesse às necessidades educacionais da criança procuraria, nos parece, tornar essas informações já existentes no ambiente mais acessíveis às crianças.

uma das maneiras mais diretas de aumentar o acesso da criança às informações da comunidade, é dotá-la de um sistema de transportes barato, suficientemente seguro e fácil de ser usado por crianças em idade pré-escolar. Outra política, mais limitada e eventualmente mais realista para países em desenvolvimento como o nosso. implicaria na organização de viagens educativas nas quais as crianças ficassem conhecendo novos aspectos da comunidade. Igualmente importante seria dotar a comunidade de uma rede de caminhos, pelos quais as crianças pudessem se locomover com segurança, mesmo sem estarem acompanhadas por adultos. Da casa ao parque, à escola pré-primária, ao centro comunitário, as crianças teriam seus próprios caminhos onde poderiam andar sozinhas. sem perigo.

Evidentemente, muitos outros projetos poderão ser sugeridos inclusive para melhor aproveitar as características naturais de cada comunidade. O importante entretanto é ter em mente que cada um desses projetos deve integrar-se à escala infantil, às distribuições urbanísticas dos espaços e das atividades comunitárias em geral.

Anna Maria Sant'Anna

TEMA :
RECREAÇÃO

RECREAÇÃO

RECREAÇÃO - NECESSIDADE BÁSICA DO PRÉ-ESCOLAR

- 1 — Brincar é necessidade básica da criança
 - 1.1 — Atividades recreativas e o desenvolvimento integral da personalidade infantil.
 - 1.2 — Etapas do desenvolvimento e o brinquedo adequado.
 - 1.3 — Recreação no lar :
 - A família e o brinquedo
 - Importância das condições do brinquedo no lar
 - Orientação aos pais.

- 2 — As atividades recreativas nos serviços de atendimento ao pré-escolar :
 - 2.1 — Unidades educacionais destinadas à recreação
 - 2.2 — Pupileiras, crèches, escolas maternais, hospitais infantis e jardins de infância.

1. BRINCAR É NECESSIDADE BÁSICA DA CRIANÇA

- 1.1 — Atividades recreativas e o desenvolvimento integral da personalidade infantil.

Dentre as necessidades básicas do ser humano, a recreação nem sempre foi considerada como o é modernamente. Os estudos da psicologia e da sociologia vieram esclarecer sua importância. A recreação é uma forma do comportamento humano que envolve atividades de qualquer natureza e cujo fim é a recompensa proporcionada pela própria atividade. Verifica-se que a ação é determinada, no dado momento, pela estrutura psicossomática do agente e pelas suas atitudes sociais, sob influência do grupo ou dos grupos dos quais é membro.

A atividade recreativa resulta de forças de duas naturezas : impulsos provenientes de energia interna, motivos, e de estímulos de ordem externa.

A atividade recreativa é caracterizada especialmente pela espontaneidade em que é realizada e pelo prazer que desencadeia. É a própria atividade que constitui o fim imediato da criança que brinca envolvendo no seu processo toda a personalidade em ativa participação.

Na medida em que as condições de ordem externa satisfazem adequadamente os impulsos de ordem interna, o processo dinâmico de desenvolvimento da personalidade é beneficiado.

A atividade recreativa da criança corresponde à necessidade de crescimento, de desenvolvimento sob todos os aspectos : físico, mental e social.

A princípio é o adulto que brinca com a criança. Ele busca o relacionamento sócio-afetivo que a criança ainda não é capaz de dar, mas que aos poucos vai-se desencadeando.

À medida que a criança desenvolve a capacidade de percepção respondendo ativamente aos estímulos que recebe, entra em relacionamento com o adulto e começa a brincar : a criança brinca com o adulto, a criança brinca consigo mesma.

Observando a criança que brinca, podemos verificar como exercita os músculos e realiza coordenação sensório-motora. Aprende a mover-se, a ver, a ouvir, a manusear, a falar, enfim desenvolve suas capacidades de expressão.

A imaginação, a curiosidade e a observação se manifestam através da atividade natural de brincar; a criança inicia seu conhecimento do meio pela experiência.

Correndo, pulando, movendo-se em face das suas próprias realizações; ouvindo música, cantando, dançando ou dramatizando; desenhando, pintando, cortando e colando; construindo com areia, barro ou blocos de madeira; conversando com bonecas ou pessoas; movendo carrinhos e soldadinhos a criança se expande e desenvolve suas capacidades de expressão. O espírito de iniciativa, senso artístico e poder criador se manifestam e se desenvolvem pela experiência.

Brincar, além de ser o recurso natural de expressão, é o meio de comunicação das potencialidades individuais e funciona como mobilizador dos contatos sociais.

São esses os elementos fundamentais da socialização : potencialidades individuais, comunicação e contatos sociais.

O brinquedo proporciona oportunidade de contato, de experiência de vida ajudando a criança a assimilar e incorporar valores, a adaptar-se a situações, a vencer barreiras, adquirindo as bases da formação de sua estrutura psicológica e do comportamento psico-social. Por um processo lento de separação e distinção, que requer sedimentação psíquica, a criança é levada à consciência dos dois elementos distintos do "self", o "eu" e o "me".

pela ação criadora e associativa do brinquedo pode a criança : 1) distinguir o elemento que denota sua própria ação e impulso interior, elemento êste que o diversifica dos outros indivíduos e que constitui o "eu". 2) reconhecer as atitudes dos outros e assumir padrões de comportamento que contribuem para formação do "me" elemento uniformizador do controle social.

Esse processo, que a princípio se realiza no contato com os mais velhos e se continua em choques com as crianças da mesma idade, tem um impulso nôvo em torno dos 4 anos, quando a criança inicia um tipo de brincadeira associativa e cooperativa.

A criança busca companheiros para brincar. Por intermédio dêste veículo, livremente procurado e desejado, a criança estabelece atitudes e sentimentos em relação aos outros e sente as atitudes e sentimentos dos outros em relação a ela. Assim vai descobrindo como agir de acordo com sua realidade social.

1.2 — Etapas do desenvolvimento e o brinquedo adequado

O 1.º ano de vida é fase de crescimento e de desenvolvimento das coordenações sensório-motoras. Gradativamente desenvolve capacidade de relacionamento com o meio exterior. É no primeiro semestre que tem início o brinquedo de esconder, a alegria pelos movimentos ritmados o êxito em pegar coisas ao seu alcance. Observa-se a expressão de alegria da criança quando consegue pegar e sacudir o chocalho, produzir som, realizar alguma coisa; são as suas primeiras experiências de criar. Os estímulos ocasionais, cor das paredes, lâmpada, quadros, enfeites do berço vão entrando no seu campo visual. É recomendável levá-la a outros compartimentos e ao ar livre : o azul do céu, a vegetação, o canto dos passarinhos, a natureza enfim tem grande influência na vida do bebê. Contribui para seu bem-estar físico, desenvolvimento psico-motor, tranquilidade emocional e lastro inicial do senso estético.

A medida que coordena os movimentos do corpo, consegue sentar-se, ergue-se com apoio, suas mãos estão em grande atividade e sente necessidade de contínua manipulação : brinquedos e objetos vários servem ao manuseio.

Restringir o engatinhar e contrariar o exercício natural de fortalecimento de pernas, de braços e especialmente dos músculos que sustentam a coluna vertebral. Futuros desvios de posição têm origem no brinquedo mal orientado nesta fase.

É importante a imitação e a influência que pessoas da convivência diária exercem pelos seus gestos, expressões e tom de voz. Os brinquedos de "dedo mindinho", "palminha de lulé" e outros, de conversa repetida e ritmada ajudam a linguagem que desponta e estabelecem o relacionamento afetivo com a pessoa adulta.

As condições do brinquedo com a criança envolvem suas reações de alegria, de medo e de raiva. Prender o pézinho do bebê para vê-lo zangado; jogá-lo para o alto e apará-lo para ver o riso de satisfação; tocar música ou cantar muito alto são estímulos contra-indicados e excitantes de raiva e de medo. A música e o tom de voz suaves, a liberdade de movimentos e o equilíbrio estável do bebê são condições imprescindíveis ao brinquedo.

Promover alegria sem recorrer a excitantes inadequados; respeitar o sono e a tranqüilidade do bebê; deixar um brinquedo que o entretenha ao despertar são comportamentos que facilitam a evolução natural.

No 2.º ano de vida, pelo fato da criança começar a andar, amplia-se o campo de estímulos relativos ao brinquedo. Seus grandes movimentos precisam de expansão; a proteção, quer deficiente quer exagerada, prejudica o desenvolvimento do espírito de iniciativa. A bola e os brinquedos de empurrar e de puxar são estímulos indicados.

A aquisição de vocabulário necessita do contato humano e os brinquedos sonoros, as cantigas rimadas e repetidas, as gravuras em livros de pano e cartão grosso são os meios de conversa do adulto com a criança e da criança consigo mesma. Imitação e atividade dramatizada são constantes nesta idade.

Brinquedos de encaixe, pequenos blocos para arrumar no chão. caixas de sapato ou de remédio, balde, areia, água incentivam o brinquedo de construção.

O desejo de ar livre tende a se intensificar e, muitas vezes, é difícil conciliar a necessidade da criança com a disponibilidade do adulto.

Dos dois aos quatro anos a criança continua imitando e dramatizando. Seu brinquedo é chamado "paralelo", brinquedo individual ao lado de outras crianças. A relação com as da mesma

idade é breve e seus interesses entram em choque. A presença de um adulto ou de uma criança mais velha que lhe faça as vontades estabelece a relação social no brinquedo.

Armazenando palavras que ouve, fala consigo mesma, pensando alto; personaliza coisas e animais e dialoga com eles. Dentro de de um processo de raciocínio em franco desenvolvimento, pergunta constantemente. Estimulando enriquecimento de vocabulário e interiorização do pensamento, o adulto dá atenção às perguntas e promove diálogo que leve a criança a descobrir resposta por si própria.

O grande impulso para brincar nesta fase é a coordenação sensório-motora : andar, correr, trepar, saltar livremente ou em aparelhos; movimentar carros, velocípedes, caixotes, objetos grandes e leves ocupam a criança ao ar livre. A música, mensagem de comunicação e de vida, proporciona o mover-se alegremente entre outras crianças. Quadro-negro, giz, tesoura, papel, lápis, pincel são os estímulos do pequeno artista que. na fase de rabiscção, inicia suas lindas garatuças.

A preparação do ambiente para o brinquedo, quer ao ar livre, quer interiormente, não exige apenas conhecimento e técnica da recreadora, é também trabalho de arte e de amor.

Dos 4 aos 6 anos continua a ser marcante a atividade correspondente ao desenvolvimento sensório-motor. À medida que aperfeiçoa a coordenação, evolui sua capacidade de expressão e de comunicação. A direção da corrida, as formas de brincar com a bola, o arco e outros brinquedos, os desafios a si mesma em equilíbrios do próprio corpo (cambalhotas, deslizes, etc.), as construções na areia, a utilização do material grande à sua disposição revelam o espírito criador em franco desenvolvimento.

Nesta fase, para realização de seu brinquedo precisa de parque de recreação ou do jardim de infância.

A principal atitude da recreadora é interferir estimulando, nunca neutralizando ou modificando a linha de criação.

Ambiente convidativo às atividades de desenho, pintura, modelagem, recorte e colagem, carpintaria favorece a concretização infantil do seu mundo imaginário. A aprendizagem destas técnicas de expressão não obedece uma sistemática, deve ser resultado da experiência. A recreadora, porém, é fonte de informações e transmite sem conduzir.

A criança é mais sensível à música. A discriminação de ritmos, de sons e de melodias é revelada à recreadora pelo poder criador da criança no movimento livre ao som da música, na expressão interpretativa das cantigas, na forma peculiar com que repete os movimentos dos brinquedos cantados, e, muitas vezes, na composição de melodias e cantigas da própria criança. Dai, a razão dos instrumentos de percussão, dos discos e vitrola e do piano ou de outros instrumentos tocados pelo adulto. Estreitamente unida à linguagem musical, a linguagem verbal da criança ganha em forma e conteúdo. As histórias, as dramatizações espontâneas, os diálogos eventuais, o manuseio dos livros, as conversas, as projeções de slides e de filmes, as coleções, a apreciação da natureza e as diferentes formas de teatro são os vários estímulos de aperfeiçoamento da linguagem.

como já foi dito, em torno dos 4 anos, a criança busca companheiros para brincar. Realizando suas atividades, as crianças formam grupos de 3 ou 4 e por tempo muito curto que vão gradativamente crescendo. O respeito da recreadora por esta associação de afinidade e interesse entre as crianças é importante para auto-afirmação e sociabilidade. O lançamento de estímulos de ordem coletiva, jogos, brinquedos cantados, bandinha, assembléias de histórias, de teatro, de projeções e de música, passeios, festas e comemorações visam à atividade da criança em grupos maiores por espontânea vontade.

1.3 — Recreação no lar

Em vista da interferência do brinquedo em todos os aspectos da vida da criança, a família poderá favorecer ou prejudicar seu desenvolvimento. Esclarecida sobre as necessidades básicas da criança propiciará brinquedos que lhe permitam experiências construtivas, favoráveis ao relacionamento afetivo expresso em amor, segurança e aceitação.

O brinquedo é influenciado largamente pelas atitudes dos membros da família, condicionadas estas à atmosfera interior e à sua estrutura sócio-cultural.

O brinquedo vem sendo prejudicado pela situação atual da família que nem sempre oferece oportunidades à atividade natural da criança. A precariedade das condições físicas e ambientais do lar, a ausência da mãe para o trabalho, o desconhecimento da utilização dos recursos, levam-nos a considerar o imperativo da conscientização da família quanto ao valor do brinquedo e as formas de estimulá-lo.

É preciso dar à família : conhecimento das necessidades básicas e do brinqueado natural de cada fase; noção de como mobilizar recursos dentro e fora de casa para suprir as limitações; sugestões para compensar as limitações condicionadas a espaço e material; iniciativa de levar a criança a outra família, a uma creche ou a um local de recreio infantil, durante a ausência da mãe em trabalho.

2 — SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR E AS ATIVIDADES RECREATIVAS

2.1 — Unidades educacionais destinadas à recreação

No Brasil as unidades educacionais destinadas à recreação pré-escolar têm várias denominações : recreios, recantos ou centros de recreação infantil. As vezes são isolados e exclusivos para crianças de 2 a 6 ou 4 a 6 anos de idade. De outras fazem parte de um Parque, Centro de Recreação ou Centro Social.

Têm como finalidade a educação da criança através das atividades recreativas.

Qualquer destas unidades deve oferecer local, material e pessoal habilitado à realização desta finalidade.

Local e material

Área ao ar livre que permita ampla expansão de movimentos é a primeira condição do local. Balanço, escorrega, trepa-trepa instalados apenas quando não prejudiquem o espaço para corridas, jogos e brinquedos de roda.

O local interno, sala ou galpão, com 1,50 a 2m² por criança favorece a disciplina natural. As zonas destinadas a atividades diferentes, tecnicamente condicionadas, permitem concentração de atenção e livre trânsito das crianças.

Mobiliário adequado e renovação de material lúdico facilitam a preparação dos estímulos.

Em quaisquer condições de trabalho, a recreadora planeja tendo em vista a natureza e necessidades da criança, mas considera o local e os recursos disponíveis. Ao estudar as limitações materiais busca salvaguardar a liberdade das crianças. A improvisação de material estimula atividade criadora. A criança deve ter também oportunidade de suprir as faltas, desenvolvendo imaginação e iniciativa.

Função e Formação do Recriador

Brincar com as crianças e favorecer ambiente para que brinquem é sua principal função. Representa para a criança papéis simbólicos de mãe, de tia e de outros adultos de seu relacionamento. É necessário que, em qualquer destes papéis, ela possa ser a pessoa de confiança da criança, capaz de : dar-lhe afeição; respeitar sua independência mas socorrê-la na dificuldade; estimulá-la oportunamente; ser doce e firme no exercício da autoridade.

Para bem desempenhar sua missão planeja, estimula e avalia as atividades; prepara local e material; observa a criança e anota suas reações; incentiva as atividades coletivas visando o espírito associativo; relaciona-se com a família estabelecendo uma ligação entre o lar e o parque de recreio.

Para o exercício da profissão precisa : amor à criança e bom humor; preparo básico nas ciências da educação e fundamentos de recreação; recursos técnicos de recreação para o pré-escolar (conhecimento do processo evolutivo da atividade de brincar, experiência de atividades infantis e conhecimento do seu valor, conhecimento sobre instalações e material próprio para a fase) ; experiência de grupo que favoreça sua integração como membro de equipe com os companheiros de trabalho.

Ainda não estão bem definidas entre nós as funções e a formação das recriadoras. As Secretarias de Educação de alguns Es-tados, o DNCR., o SESC e instituições particulares como Pestalozzi, Escolinha de Arte, Instituto de Psicologia e outras têm programado cursos intensivos dando preferência para matricula a quem já tem formação pedagógica.

A recriadora, porém, é o educador consciente de que, se a criança atravessa os vários estágios de desenvolvimento e gradativamente se ajusta em seu complexo de relações humanas, consegue equilibrar-se em seus sentimentos Íntimos.

Acredita que pela atividade recreativa, a criança vive as experiências que dão base necessária à formação de padrões afetivo-sociais da vida adulta : bom padrão de dependência e independência; bom padrão de dar e de receber afeições; capacidade de relações com grupos mutáveis; ajustamento a um corpo em transformação; capacidade de colocar-se em lugar de outro; capacidade de analisar e de expressar conceitos.

2.2 — Pupileiras, Crèches. Escolas-maternais, Hospitais infantis e Jardins de Infância

Dada a importância da recreação no desenvolvimento da criança, tôdas as instituições sociais destinadas a seu atendimento devem, no planejamento, prever instalações e pessoal que proporcionem condições necessárias ao brinquedo.

As pupileiras e crèches destinadas a crianças de 0 a 3 anos que tem carência da presença da mãe, devem estar organizadas levando em conta as condições do brinquedo acima referido. Estas unidades educacionais não suprem a família, pois que reunidos em grande número não conseguem obter dos adultos a atenção individualizada e a carga afetiva de que precisam. O brinquedo é o meio que facilita a relação adulto-criança, e nas crèches e pupileiras tem papel importante na compensação da carga afetiva.

Destacado que foi o valor da liberdade de movimento nesta fase, é preciso defender o espaço, e a utilização dele, tanto no ambiente interno quanto no de ar livre. Também o material lúdico adequado deve ser utilizado com a criança na forma já apresentada.

As pessoas que trabalham nestas instituições, enfermeiras, atendentes, serventes, cosinheiras, devem ter recursos práticos para brincar com a criança e noções da importância do brinquedo.

Classes Maternais

Quando a mãe tem necessidade de ausentar-se ou quando a habitação dificulta as atividades naturais de brincar, as classes maternais complementam a ação do lar. De dois aos quatro anos, embora com várias crianças no local, o brinquedo não se realiza entre elas; os mesmos interesses individuais entram em choque.

O espaço e a atenção individualizada são condições capitais para o brinquedo, salvaguardando a expansão natural da fase e a necessidade de apoio físico e emocional de que tanto precisam.

O relacionamento com a criança nas atividades de rotina, entrada, merenda, repouso, higiene e saída, será mais adequado se as pessoas em atendimento nas classes maternais tiverem conhecimento do valor do brinquedo e dos recursos práticos para brincar.

Na orientação geral das atividades deve estar a educadora infantil, ou a recreadora, com a formação referida para as unidades de recreação.

Hospitais Infantis

Fazendo parte de uma equipe com médicos e enfermeiras, a re-criadora no hospital é elemento de grande ajuda durante o processo da doença e da convalescença. Um estudo complementar das limitações oriundas da vida no hospital e das restrições da doença dá à recriadora compreensão das causas que modificam o processo natural do desenvolvimento e permite que ela faça um planejamento de acordo com a situação de cada criança e da enfermaria como um conjunto de crianças.

Jardins de Infância

Instituição destinada às crianças de 4 a 6 anos, confunde-se em finalidade com os recantos ou centro de recreação infantil.

Na medida em que a professora de jardim de infância acredita que, pela atividade natural de brincar, a criança vive as experiências necessárias ao seu desenvolvimento, sua função se identifica com a da recriadora.

Quando, ao em vez de considerarmos a recreação somente ao ar livre, em pátios, praças e parques, consideramos os recantos e centros de recreio infantil com todos os recursos de atividade recreativa interna e externa, os centros de recreação se confundem com o Jardim de Infância.

Um bom Jardim de Infância é um centro de recreação Infantil; um bom centro de recreação infantil é um Jardim de Infância.

Helena Reis — do SESC

Ruth Gouvêa — do SEC

Norah Abrahão — do SESC

Beatrice de Carvalho Hamond — do SESC

Maria Celina de Farias — do SESC

Alda Martins — do DNCr.

André Luiz Souza — do SESC.

TEMA :

POLÍTICA

SOCIAL

POLÍTICA SOCIAL

LEGISLAÇÃO CONCERNENTE AO PRÉ-ESCOLAR

I — Proteção à família

II — Proteção ao pré-escolar : Saúde
Educação e Recreação
Excepcional

III — Pessoal e condições das obras específicas para atendimento do pré-escolar.

I — Proteção à família

a) Constituição do Brasil — Título IV — "Da família da educação e cultura."

Art. 167 — A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes públicos.

§ 1.º — O casamento é indissolúvel.

§ 2.º — O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público.

§ 3.º — O casamento religioso celebrado sem as formalidades deste artigo terá efeitos civis se, a requerimento do casal for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4.º — A lei instituirá a assistência á maternidade, à infância e à adolescência".

bi Código Civil

Art. 231 — São deveres de ambos os cônjuges :

---- IV — Sustento, guarda e educação dos filhos.

Art. 352 a 354 — Da legitimidade.

Art. 355 a 367 — Do reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Art. 368 a 378 — Da adoção.

C) Lei 4.655 de 2-6-65 — Legitimidade adotiva.

- d) Decreto-Lei 3.200 de 19-04-41 — Institui o Abono — família.
- e) Decreto-Lei 5.976 de 10-11-43 — Institui o Salário — família para funcionário.
- f) Lei 4.266 de 3-10-63 — Institui o salário-família para o trabalhador regulamentado pelo Decreto 55.153 de 10-12-63.
- g) Decreto-Lei 5.452 de 1-5-43 — Consolidação das Leis do Trabalho. Alterado pelo Decreto-Lei 229 de 28-2-67.

Art. 389 — Tôda a emprêsa é obrigada :

§ 1.º — Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2.º — A exigência do S 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com cutras entidades públicas ou privadas, pelas próprias emprêsas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI. do SESC, da LBA ou de entidades sindicais.

Art. 397 — O SESI, o SESC. a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acôrdo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância, distribuidos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

II — Proteção ao pré-escolar

1 — Saúde :

a) Decreto 58.740 de 28-6-66 — Normas Técnicas Especiais do Código Nacional de Saúde, para Assistência e Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência.

b) Decreto 49.974-A de 21-1-61 — Código Nacional de Saúde :

Art. 18 — A vacinação contra varíola será aplicada de modo sistemático, obrigatório se as circunstâncias o exigirem, e a revacinação feita periodicamente.

Art. 19 — É vedado às pessoas que não apresentarem atestado de vacina antivariólica :

a);

D) a matrícula em estabelecimentos de ensino público ou privado.

O o internamento em asilo, creche, patronato e instituto de educação ou assistência social.

O Portaria n.º 15 de 14-11-63 — Do Diretor do Departamento de Educação Primária da Guanabara — Estabelece normas para matrícula de alunos novos e para exame de saúde em escolas primárias.

d» Ordem de Serviço n.º 46 de 9-10-67 — Do Diretor do Departamento de Educação Primária da Guanabara — Dispõe sobre o esclarecimento que pais e professores devem promover sobre a campanha contra a Paralisia Infantil

a) Constituição do Brasil —

2 — Educação e Recreação :

Art. 168 — A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1.º — O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos poderes públicos.

§ 2.º — Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3.º — A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas :

I — O ensino primário somente será ministrado na língua nacional; II — O ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos oficiais;

III — O ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o poder público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior.

b) Constituição da Guanabara —

Art. 80 — O sistema de ensino no Estado, regulado em lei, observará o disposto no título IV da Constituição do Brasil e nas diretrizes e bases fixadas pela União.

§ 1.º — A prestação de assistência técnica e financeira da União ao desenvolvimento do sistema estadual de ensino poderá ser regulada em acordo ou convênio.

§ 2.º — Ao Conselho Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Cultura caberá o planejamento e a orientação, separadamente, das atividades da educação e da cultura no âmbito estadual.

§ 3.º — O ensino dos diferentes ramos, em todos os seus graus, será ministrado pelo Estado, sendo livre a iniciativa particular respeitadas as leis que o regulam.

§ 4.º — O orçamento do Estado consignará ao Fundo Estadual de Educação e Cultura nunca menos de 22% (vinte e dois por cento) da despesas total aprovada no exercício orçamentário anterior.

§ 5.º — As emprêsas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei determinar, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes. São ainda obrigadas a ministrar, em cooperação com o Estado, aprendizagem a seus trabalhadores menores.

§ 6.º — Não será licenciada a construção de conjunto residencial de instituição de previdência, sem que inclua edifício destinado ao funcionamento de escola primária, com capacidade equivalente á estimativa de seus moradores em idade escolar.

§ 7.º — O Estado deverá criar estabelecimentos oficiais de ensino médio nos bairros ou núcleos de população superior a vinte e cinco mil habitantes.

c) Lei 4.513 — Criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, Estatutos Decretos n.º 56.575, 14-7-65.

d) Criação das Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor — Minas Gerais — Bahia — Pernambuco — Espírito Santo — Paraná — Estado do Rio — Rio Grande do Sul.

e) Ordens de Serviço da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara :

E/EEP N.º 43/67 — Estabelece instruções para aplicação de testes especiais para os alunos das classes preliminares.

E/EEP N.º 12/67 — Estabelece normas para o processamento da Orientação Pedagógica de Classes Preliminares de Jardim de Infância.

E/EEP N.º 26/67 — Dispõe sôbre a verificação da aprendizagem alunos das Escolas Primárias no 1.º período letivo.

E/EEP N.º 6/67 — Estabelece normas para aplicação do teste ABC.

E/EEP N.º 1/66 — Determina normas para a realização de entrevistas pessoais com os responsáveis pelos alunos matriculados nos Jardins de Infância e Escolas de Classes Preliminares.

E/EEP N.º 28/63 — Designa comissão para elaborar Portaria Normativa sôbre o funcionamento das Escolas Primárias e Jardins de Infância do Estado.

E/EEP N.º 9/64 — Determina normas para funcionamento dos parques de recreação do SED, vinculado às escolas do EEP.

E/EEP N.º 45/67 — Estabelece instruções para aplicação dos testes especiais para os alunos de classes preliminares.

E/EEP N.º 30/61 — completa as indicações referentes ao Setor de Ensino Pré-primário e Fundamental.

f) Decretos do Governo do Estado da Guanabara :

Decreto n.º 35 de 27-7-63 — Reconhece o Estágio Internacional de Educação Física e Recreação promovido pela APEFEG.

Decreto n.º 7.247, -Art. 5.º — Dispunha que em cada distrito seriam fundadas e confiadas a professora para primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 anos.

Decreto n.º 6.316 de 1938— Cria "parques Infantis", subordina- dos ao Departamento de Educação da S.G.E. e regula seu funcionamento .

g) Portarias do Govêrno do Estado da Guanabara :

Portaria n.º 45/66 — Estabelece normas para funcionamento das sedes Distritais. Escolas Primárias e Jardins de Infância do EEP em 1966.

Portaria n.º 12/63 — Estabelece normas para a confirmação da matrícula nos Jardins de Infância e Escolas Primárias do DEP.

h) Consolidação das Leis Educacionais :

Titulo II — Dos Parques Infantis

Capítulo I — Da Finalidade Capítulo

II — Da Organização Capítulo DU —

Do Pessoal.

Art. 326 e 328 — Escolas Matemais.

i) Resoluções da S.G.S. — Secretaria Geral de Educação.

Resolução n.º 15/59 — Cria o Setor de Educação Pré-primária no Departamento de Educação Primária.

Resolução s.n/41 — Normas Regulamentares da S.G.E. (referência ao artigo 241 — Os Parques Infantis da S.G.E. ficam denominados Parques de Recreação».

Resolução n.º 38/46 — Estabelece normas para a organização dos Parques Infantis de Recreação Infantil, criado pela Resolução n.º 28 de 1946.

Resolução n.º 40/46 — Aprova o Regulamento de Curso de Especialização para Orientadores de Parques de Recreação Infantil, criados pela Resolução n.º 28/46.

Resolução n.º 2/49 — Determina normas para o funcionamento e orientação dos cursos de Especialização para Orientadoras de Parques Infantis de Recreação.

Instrução n.º 5/55 — Diretrizes gerais para o desenvolvimento do plano de trabalho das escolas primárias e Jardins de Infância do DEP.

j) Ofício Circular do EPF de 27-12-66 — Retifica idade da criança de Jardim.

3 — Excepcional

a) Portaria 34 da SUSSERP/67 — Estende direitos aos excepcionais dependentes.

b) Vide anexo — Trabalho elaborado por Grace T. Ayrosa (Coletânea da Legislação Existente).

III — Pessoal e Cindições das obras específicas para atendimento do pré-escolar

a) Lei n.º 373 de 16-10-63 — Determina a criação de classes de Jardim de Infância e dá outras providências.

b) Parecer n.º 166/65 - GB — Lotação de professôres nos Jardins de Infância da Rede Oficial do Estado.

O Parecer n.º 361/67 - ECOE — Sobre cursos de especialização para professôres de classes pré-primária.

d) Lei n.º 812/67 - Art. 16 — "Classes Matemais" e de Jardins de Infância poderão funcionar anexas a escolas primárias dependendo sua instalação das condições satisfatórias que ofereçam e quando se tratar de iniciativa pública, consideradas as necessidades reais do meio.

Dra. Mariana de Brito Franco
Diretora da Divisão de Proteção ao Trabalho
da Mulher e do Menor, do Ministério
do Trabalho e Previdência Social.

A N E X O

Leis de Proteção ao menor, na 1.^a infância

O direito à assistência é assegurado à criança pela Constituição Federal no Título : "Da Família, da Educação e da Cultura",

"É obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e a adolescência."

Assim, pode ser distinguida em nossa legislação :

I — Leis de amparo indireto ao menor.

II — Leis de amparo direto ao menor.

I — Leis de amparo indireto ao menor :

a) — Amparo à gestante

Assistência médica nos Postos de Saúde.

Direito a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo nem do salário (Constituição — Da Ordem Econômica e Social — Consolidação das Leis do Trabalho : Da Proteção do Trabalho da Mulher), direito de romper o contrato de trabalho se prejudicial à gestação.

b) — Amparo à mãe :

Direito de descanso extra-diário, durante o período de amamentação (até 6 meses depois do parto) (Consolidação das Leis do Trabalho).

c) — Direitos civis garantidos ao nascituro (Código Civil art. 4.º).

d) — Direitos de cidadania garantidos pelo Registro Civil obrigatório.

e) — Direito de filiação garantido pelo Código Penal (arts. 241 a 243).

f) — Delegação de Exercício dos Direitos do Pátrio Poder no interesse do Menor. Art. 46 do Código de Menores.

g) —« Creches para menores em idade pré-escolar a serem financiadas, construídas e mantidas pelos Institutos de Previdência Social nas vilas operárias de mais de 100 casas e nos centros residenciais de maior densidade dos segurados (Consolidação das Leis do Trabalho — Da Proteção ao Trabalho da Mulher).

h) — Creches financiadas pelos Institutos de Previdência Social, para menores em idade pré-escolar (C.L.T. — da Proteção ao Trabalho da Mulher).

i) — Proteção contra o abandono moral (entrega a pessoa idônea — art. 245 — Código Penal).

j) — Proteção contra o abandono total criminoso (art. 243 do Código Penal).

II — Leis de amparo direto ao menor.

a) — Proteção à vida, desde as primeiras horas de nascido (Código Penal — art. 123 — Infanticídio).

b) — Auxílio ao menor para ser mantido no lar (Lei de Colocação Familiar Estadual).

c) — Garantia de subsistência pela proteção contra o abandono material (art. 244 — Código Penal).

d) — Proteção contra a utilização do menor para fins ilegais (art. 247 — Código Penal).

e) — Proteção contra a arbitrária remoção do menor de local designado por pessoa no exercício dos direitos do pátrio poder, tutela ou curatela (arts. 248 e 249 — Código Penal).

f) — Abrigo pelo Estado em caso de abandono (Constituição e Código de Menores).

g) — Proteção judicial pela suspensão ou remoção dos direitos de Pátrio Poder, comprovada a inidoneidade dos pais (Código Civil — arts. 394 e 395 — Código de Menores).

h) — Proteção judicial pela homologação da delegação dos direitos de Pátrio Poder (art. — Código de Menores).

i) — Proteção judicial contra o abandono pelo instituto da tutela (art. 406 e seguintes do Código Civil).

j) — Proteção judicial contra o abandono facilitando a Adoção (Lei n.º 3.133 de 8-5-57).

1) — Lei da legitimação adotiva (n.º 4.655 de 2-6-65).

Tôdas as leis de proteção ao menor, de caráter internacional, vigoram no Brasil, por força de Convenções, Tratados e Ajustes.

POLÍTICA SOCIAL FACE ÀS NECESSIDADES DO PRÉ-ESCOLAR

Introdução

Política social é termo relativamente nôvo. Consideramos adequado o uso que T. H. Marshall (1) em sua "Política Social" faz dessa expressão : "a política dos Governos relacionados à ação que

(1) T. H. Marshall — Política Social — 1965 — Biblioteca da C. Sociais.

exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda" (cuidando que o nível de vida da população como um **todo** atinja termos satisfatórios). Consiste seu "núcleo central" na educação, serviços de saúde e de bem-estar, seguro-social, política habitacional, assistência pública, podendo ainda incluir o tratamento dispensado ao crime. A lei assegura e limita direitos e deveres e sua aplicação supõe órgãos e especialidades na estrutura estatal.

A Política Social assim compreendida fundamenta-se no princípio do bem-estar social, isto é, a garantia de um mínimo de bens e serviços indispensáveis à satisfação das necessidades básicas do cidadão, bens e serviços, portanto, que devem abranger aspectos de "subsistência" e de "existência social", próprios a cada idade e levando-se em conta o momento histórico que caracteriza essas necessidades.

A grande massa da população brasileira está em nível de "subsistência" e sem acesso aos meios de desenvolvimento que lhe permita uma "existência social". Nossa população é extremamente jovem : 52,2% se constitui de menores de 19 anos. Assim sendo, a principal responsabilidade do Estado é o atendimento aos 43 milhões de crianças e jovens de hoje e aos 2.500.000 que anualmente nascem no país e seu direito ao desenvolvimento próprio integrado no desenvolvimento geral.

"Tradicionalmente, os esforços para obter o bem-estar das crianças eram tarefas principalmente de conceito humanitarista, e dirigidos a abandonados ou portadores de necessidades especiais. Entretanto, cresce nos últimos anos a certeza de que deve haver mudança. Novos elementos levam a encarar de forma diferente os problemas do desenvolvimento da criança em relação ao desenvolvimento social e econômico dos países. Agora falamos dos "recursos humanos" em contraste com os recursos naturais ou físicos. Queremos assim, definir o processo de aumentar o conhecimento e a capacidade de todo povo na sociedade. Em termos econômicos esse pode ser descrito como a acumulação de capital humano e seu efetivo investimento no desenvolvimento de uma economia. Em termos políticos ela prepara o povo para participar do processo político. Do ponto de vista social o desenvolvimento dos recursos humanos ajuda o povo a viver vida mais plena e rica." (2)

(2) Henry R. Laboulsse — Diretor executivo da UNICEF em "Children and Youth" — UNICEF — 1965 citando Frederick Harbison — Educação, mão de obra e desenvolvimento econômico.

Consideremos alguns programas para a infância que têm recebido atenção prioritária no Brasil :

Saúde e Nutrição

O combate à mortalidade infantil incluindo programas de pré--natal e alimentação do lactente tem recebido atenção especial e os índices do flagelo vêm diminuindo. Após esses cuidados iniciais a saúde da criança só volta a ser objeto de atenção prioritária, quando ela ingressa no curso primário.

com efeito, de há muito foi esquecido entre nós o conceito básico de Saúde Pública como a integração de medidas tendentes a acompanhar o indivíduo desde a sua gestação, por toda a sua existência, até o seu envelhecimento. A necessária fragmentação das atividades de saúde pública, com finalidades apenas administrativas, gerou a hipertrofia de sub-setores em detrimento de outros, havendo o esquecimento de que a vida humana é uma unidade no seu desenvolvimento e que os grupos etários são fases e não uma obrigatória divisão. As clássicas divisões da higiene, em Pré-Natal, Infantil, Pré-Escolar, Escolar do Adulto, Geriatria, etc., são apenas ou deveriam ser, faixas preferenciais de especialização médica e não programas especiais de saúde pública. Quando se fala em defender a criança deve-se pensar no adulto que ela irá representar e não apenas no sentimento caritativo antes uma figura indefesa.

O grupo etário de 1 a 6 anos, acha-se praticamente esquecido e campanhas que a êle se referem são Isoladas e fora de um contexto integrado de atenção a esta faixa. Tal esquecimento assume maior gravidade se considerarmos que, "na idade pré-escolar, a criança é mais vulnerável às condições ambientais, tanto físicas como psico-sociais. Têm aqui, mais freqüência e repercussão para o futuro, os problemas infecciosos, de nutrição, acidente, deficiências físicas e desvios da personalidade." (3)

O baixo índice de nutrição afetando o aproveitamento escolar e que tem sido tratado também em forma prioritária pela Campanha Nacional da Merenda Escolar, que mesmo se a considerarmos satisfatória, não estará em condições de "corrigir deficiências irreversíveis oriundas de privações na 1.^a infância." (Doc. citado - 3).

(3) Seleção de documentos apresentados na "Conferencia Latinoamericana — sobre la Infancia y la Juventud en el desarrollo nacional — UNICEF.

A preservação da vida é certamente a primeira prioridade, mas perde o sentido se a sobrevivência é sacrificada por solução de continuidade nos programas de saúde e nutrição para crianças de 1 a 6 anos.

"A criança terá direito a crescer e criar-se com saúde." (4)

Educação

A prioridade dada à educação primária decorre de ser ela considerada base mínima para o ingresso na população ativa, o que corresponde a uma realidade para o desenvolvimento econômico bem como uma retribuição, a curto prazo, de investimento aplicado.

O curso primário não atinge toda a faixa correspondente. Em 1964, 4.504.418 menores de 7 a 14 anos ficaram sem escola primária (5), por outro lado, os resultados do ensino têm sido precários. "... as deserções e reprovações são maciças no ensino primário comum." Para cada 100 alunos que se matriculam no curso primário, apenas 18 chegam à 4.^a série. Atribui-se essa situação a causas originadas no sistema educacional e a características individuais dos alunos, sejam mentais ou físicas; ao nível cultural e econômico das famílias, e ao baixo padrão de desenvolvimento das comunidades. "30% das crianças de 7 a 14 anos que não estão na escola alegam pobreza e têm necessidade de trabalhar". Essa síndrome reflete o estado de sub-desenvolvimento do país(6). Algumas dessas situações poderão ser certamente minimizadas com atenção, também prioritária e concomitante à faixa etária compreendida entre 1 e 6 anos, atenção que precisa ser estendida à família. É necessário ponderar, em que medida se obviariam os problemas escolares citados com aculturação de crianças nos Jardins da Infância, concomitante a programas de saúde e nutrição, além de preservação de carências de todo o tipo e com educação e apoio às famílias. A nossa população de 2 a 6 anos é de 14.832.850 - 18% da população do Brasil (7). O IPEA informa existirem em 1962, 4.363 unidades escolares de pré-primário e 9.628 professores para uma matrícula geral de 251.917 alunos. Os números dispensam comentários. No entanto, o desenvolvimento das capacidades humanas é prioridade que acompanha a preservação da vida e lhe dá sentido.

(4) Declaração Universal dos Direitos da Criança, princípio IV.

(5) O Estado de São Paulo - 5-5-68 — "Cinco milhões fora da Escola" — calcadas em dados do Censo Escolar do Brasil — INEP.

(6) Dados colhidos em relatório do IPEA — 1966.

(7) PNBEM — Aspectos da Política do Bem-Estar do Menor no Brasil — 1968.

Previdência Social e Habitação

A Previdência social como setor da política social de especial interesse para a infância, já que procura beneficiar a unidade familiar, deveria atingir os assalariados e suas famílias, mas na estrita realidade, dela são excluídos a quase totalidade dos trabalhadores rurais, e grande massa dos que subsistem em sub-emprêgos, desempregos disfarçados e desemprego real. Os programas habitacionais, que influem consideravelmente no bem-estar da família ainda estão muito aquém de atingir as necessidades totais. Na realidade, temos uma grande população não atendida, à nível de subsistência e em condições habitacionais sub-humanas. Dessa população a faixa mais prejudicada é a infância por ser a mais vulnerável.

Bem-Estar Social

"O afastamento progressivo de um processo normal de desenvolvimento e promoção humana, a que chamamos de marginalização, é em geral decorrente de inexistência ou de insuficiência nos condicionamentos positivos desse processo, prevalecendo cada vez mais os condicionamentos negativos.

Entende-se por condicionamento positivo do desenvolvimento do menor, o atendimento das suas necessidades básicas, e por condicionamento negativo, todo e qualquer tipo de desvirtuamento, instrumental ou final, desse atendimento." (8)

—Considerando a insuficiência dos meios de desenvolvimento humano à disposição de crianças e jovens em nosso país, podemos concluir que há quase uma geração marginalizada do processo de desenvolvimento normal.

—A análise da gênese dos problemas emocionais com manifestações de conduta que vão desde o pequeno infrator até aos problemas mais graves de marginalização social, masculina e feminina, faz supor que os mesmos poderiam ter sido evitados se a criança, na sua primeira infância, tivesse sido atendida em suas "necessidades básicas". Em que medida o investimento feito com o atendimento às manifestações cruciais da marginalização poderia ter sido capitalizado se aplicado a tempo, e de forma integrada à faixa de idade compreendida entre 1 e 6 anos?

Tradicionalmente considera-se que o menor marginalizado ou portador de necessidades especiais deve ser internado. A obra social e o Estado pretendem dessa forma assumir as funções da família mas as condições vigentes em quase todos os internatos não possibilitam o desenvolvimento normal e muito menos o reajustamento

(8) Diretrizes e Normas para aplicação da Política do Bem-Estar do Menor FNBEM.

em face das carências de que os menores são portadores. Por outro lado as famílias em condições sócio-econômico precárias vêm, muitas vezes, no internato, além da solução do problema econômico imediato, o meio de os filhos alcançarem melhor situação futura.

Essa política de internação necessita de uma revisão total o que tem apoio na lei federal n.º 4.513 de 1984 (PNBEM) que, dando diretrizes, facilitará a implantação de política mais adequada com referência ao menor.

Proteção Legal

À infância brasileira é garantida ampla proteção legal (vide anexo 1) mas, de fato há falhas na aplicação da lei. Reivindicações dêste encontro

Não temos pesquisas realizadas que possam demonstrar o que neste encontro se reivindica: a necessidade de dar à faixa de 1 a 6 anos atenção prioritária, bem como considerar tais programas rentáveis. A própria deficiência e o saldo negativo aparecendo nos programas para idades mais avançadas: mortalidade crescente na faixa de 1 a 6 anos; desnutrição do escolar; deserção e reprovação escolar; marginalização de menores; problemas emocionais; falhas na integração social de jovens, e outros problemas que são ligados mais ou menos diretamente a privações ou traumas na 1.ª infância, justificam plenamente tal reivindicação.

As necessidades da infância e juventude, devem ser analisadas e tratadas, sem soluções de continuidade, de forma inter e multi-se-torial, atendendo a cada faixa de idade com suas características próprias e levando em conta as diversificações regionais e as peculiaridades urbanas e rurais.

Tôda a política de atenção à infância e à juventude não pode pois ser encarada independente da política familiar, visto que as funções da família em relação às necessidades básicas da 1.ª infância são insubstituíveis. É forçoso reconhecer que a família neste momento histórico necessita dividir parte de seus encargos com instituições auxiliares que simultaneamente devem desenvolver programas de promoção familiar.

Níveis de Atuação

Aos órgãos de planejamento a nível nacional, regional e estadual caberiam a responsabilidade da integração dos programas sectoriais de atendimento à infância e juventude, inseridos no planejamento global. Da mesma forma, a nível de execução (distrital, municipal, ou inter-municipal) a coordenação dos programas de infância e juventude deve prever a integração setorial.

Os organismos nacionais, regionais e estaduais deveriam ser normativos e implementadores assumindo funções executivas apenas em caráter supletivo em áreas ou setores altamente carenciados.

A execução e coordenação dos serviços cabe ao plano local municipal, ou intermunicipal, visto a crescente autonomia administrativo financeira dos municípios.

Participação da comunidade

Não mais se admite que programas gerais, de desenvolvimento, prescindam da participação consciente do povo. Para obter essa participação considera-se o processo de desenvolvimento comunitário como o mais democrático dos instrumentos.

comunicação de Massas

Para possibilitar a formação de uma mentalidade favorável à modernização de serviços dentro de técnicas mais adequadas é mister lançar mão dos meios de comunicação de massa, que devem estar à serviço da aculturação do povo. Isso supõe uma utilização em escala crescente desses meios dentro de uma perspectiva de integração da população nesse esforço de obter a adesão às novas metas e sistemas de atendimento à infância e à juventude.

Participação dos Técnicos

Cabe aos técnicos a responsabilidade de alertar os poderes públicos, as instituições e os cidadãos em geral para a gravidade do não atendimento das necessidades do pré-escolar, provocando e fornecendo subsídios à formulação de uma política social que integre essa faixa de idade nos programas prioritários, do país.

Os técnicos evidentemente, têm ainda um papel decisivo na implantação da política social, mormente se considerarmos a crescente especialização dos mesmos, para tarefas específicas, nos vários níveis de atuação.

Colaborades :

Lydia Santos

Maria Ruth de Moura Pereira Waldy da Silva

Prado Zuleika Sucupira Kenworthy Consultores

:

Corina Castilho Cabral Guilherme Dutra

Helena Iraci Junqueira Jurema

Wenceslau de Carvalho

Coordenadora :

Leopoldina Saraiva

POLÍTICA SOCIAL FACE ÀS NECESSIDADES DO PRÉ-ESCOLAR

1. Proteção legal do Pré-Escolar
2. Prevenção geral e especial
3. O Pré-Escolar no Planejamento Global
4. Unificação dos órgãos Governamentais
5. Coordenação de Programas, Obras e Serviços
6. Recursos financeiros : ampliação e suplementação
7. Meios de comunicação : formação de mentalidade
8. A participação dos profissionais para formulação e implantação da política pré-escolar.

POLÍTICA SOCIAL FACE ÀS NECESSIDADES DO PRÉ-ESCOLAR

O rápido crescimento da população em alguns países em via de desenvolvimento (entre os quais o Brasil se encontra, em comparação com o crescimento econômico que não acompanha o mesmo ritmo, é motivo de séria preocupação.

No Brasil, a maioria da população é de jovens e destes focalize-se a idade anterior aos 6 anos cuja proteção ainda não tem sido enfatizada como merece, a fim de proporcionar-lhe condições de segurança e bem-estar destinadas a garantir crescimento e desenvolvimento destas novas gerações que representam, sem dúvida alguma, um potencial humano muito importante.

A política social face às necessidades do pré-escolar não terá outra finalidade senão um planejamento para melhorar a saúde, a nutrição, a instrução e o bem-estar geral, objetivando assim crescimento e desenvolvimento adequados.

Um dos temas discutidos na Conferência de Bellagio (Itália), em abril de 1964, foi o de que as crianças nos países em desenvolvimento não têm porta-vozes, por isso é necessário que uma consciente e deliberada política governamental esteja orientada para proteger os interesses dessas crianças através dum órgão nacional, especialmente destinado a isto.

"Política social" é termo relativamente novo. Considere-se adequado o uso que T. H. Marshall em sua "Política social" faz dessa expressão : "... a política dos Governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviço ou renda" (cuidando que o nível de vida da população como um **todo** atinja termos satisfatórios)" (Do relatório de Leopoldina Saraiva e cols.)

1. PROTEÇÃO LEGAL AO PRÉ-ESCOLAR

Para atender às necessidades básicas do pré-escolar dever-se-á planejar a proteção da família, através de legislação de alcance social, visando à responsabilidade dos pais e a do Estado com o objetivo do bem-estar da criança.

Dever-se-á proteger mais diretamente a criança pré-escolar por meio de outras medidas legais tais como :

— proteção da mulher operária proporcionando condições de um bom atendimento ao filho, através de instituições adequadas;

— de leis referentes à proteção da família, relacionando-as à habitação, ao desemprego, à invalidez, ao seguro social;

— de atividades e organizações destinadas ao preparo e ao fortalecimento da família;

— de campanhas de educação através de Clubes de Mães e de Pais que visam ao preparo e à orientação desses adultos para o atendimento das crianças;

— de leis sobre adoção, colocação familiar, justiça ou tribunais de menores.

(Anexo um trabalho elaborado pela Dra. Marianna de Brito Franco. Diretora da Divisão de Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor do Ministério do Trabalho e Previdência Social).

2. PREVENÇÃO GERAL E ESPECIAL

Sob este aspecto, todos os programas destinados ao pré-escolar poderão ter resultados eficazes desde que assegurem fundamentalmente condições de nutrição, de saúde, de segurança física e afetiva e de desenvolvimento motor e intelectual.

Sabe-se que não é fácil conseguir todos estes aspectos, pois que, dependerão das populações a serem atingidas, dos recursos de que dispõem e das condições sócio-econômica-cultural das famílias.

3. O PRÉ-ESCOLAR NO PLANEJAMENTO GLOBAL

O bem-estar da criança deve ser a preocupação direta da família, da comunidade e do Estado em todos os níveis governamentais.

Não se pode resolver muitos problemas da criança pré-escolar, através de um único setor, mas devem ser vistos em conjunto.

Em 1948, reunido em Caracas o IX Congresso Pan-Americano da Criança declarava que "a idade pré-escolar continua descuidada pedagógica e socialmente em muitos países americanos". São decorridos 20 anos e se nos afigura a mesma situação.

Ja e de todos conhecido que os programas de saúde atendem especificamente aos lactentes e aos escolares, deixando a idade crucial, a idade descuidada, na expectativa de participarem do planejamento global para o desenvolvimento do pais.

As causas que atuam negativamente sobre o pré-escolar são classificadas do seguinte modo : <

I — DIRETAS

- a) doenças infecciosas e parasitárias
- b) desnutrição
- c) acidentes

II — INDIRETAS

- a) pobreza (baixa renda anual per capita)
- b) ignorância (+ de 50% de analfabetos)
- c) abandono
- d) desajustamentos familiares
- e) falta ou deficiência de saneamento básico (água, esgoto, etc.)

III — CORRELATAS

- a) falta de atendimento nos Serviços de Higiene Materno-infantil b) deficiência de meios para a educação integral o deficiência de pessoal habilitado (professoras, recreadoras, etc)

com vistas a essas causas atuantes sobre o pré-escolar, o objetivo do planejamento global visará :

A — SAÚDE B — NUTRIÇÃO C —
CUIDADO E EDUCAÇÃO
D — AÇÃO DIRETA SOBRE A CRIANÇA E ATRAVÉS
DA FAMÍLIA

Para atingir os objetivos seria prático seguir a classificação sugerida pelo UNICEF e a seguir discriminada :

a) ZONAS DE PERIFERIA URBANA : — ou aquelas áreas de "favelas" que formam o "cinturão" das grandes cidades em expansão; ou então em bairros em más condições infiltradas nas zonas urbanizadas, e que constituem o problema de mais urgente atenção;

b) ZONAS RURAIS : — com dificuldades para realizar um trabalho de proteção em virtude das condições geográficas, da população dispersa, mas que requer u'a ação mínima relacionada aos muitos problemas comuns com os do grupo pobreza, ignorância, insalubridade;

c) POPULAÇÕES AGREGADAS : — são grupos sociais estabelecidos em novas áreas populares urbanizadas; para muitos grupos as condições ambientais são boas e os pais possuem melhor conhecimento e maior compreensão e ajuda à criança. Devem prevalecer os cuidados e a educação das crianças, já que neste grupo pode ser muito alta a frequência de mães que trabalham fora de casa e que têm outras atividades que as impedem de dar completa educação e cuidados aos filhos.

Diante do exposto, tendo em vista as necessidades do pré-escolar, a política no planejamento global poderá ser orientada a curto e a longo prazo. Assim, teríamos :

CURTO PRAZO

I — PROBLEMAS DE SAÚDE

A) estender a assistência prestada nos Postos de Puericultura a esse grupo etário;

B) atendimento ao pré-escolar nas unidades polivalentes de saúde;

C) medidas educativas que estimulem a frequência aos consultórios de 6 em 6 meses;

D) observância dos padrões antropométricos regionais e normas de crescimento ponderal e estatural das crianças nessa idade;

I E) programas de imunizações maciças (revacinações obrigatórias : varíola, difteria-tétano-coqueluche, pólio, tifo, tuberculose) ;

P) exame parasitológico das fezes;

G) assistência dentária com vistas à prevenção da cárie;

H) intensificação dos programas de saneamento básico e do meio;

I) utilização dos meios de Educação Sanitária através dos Clubes de Mães, de Pais. etc.

II — PROBLEMAS DE NUTRIÇÃO

A) organização ou ampliação de programas de produção e distribuição de alimentos suplementares com os seguintes requisitos mínimos :

ricos em proteínas; fácil

aquisição e baratos;

fabricadas à base de matérias-primas nacionais (soja.

amendoim, feijão macaçar);

B) ajuda às indústrias produtoras de alimentos ricos em proteínas a fim de torná-los mais baratos ao público;

CJ intensificar os programas relacionados com o fortalecimento da família;

D) auxiliar as pesquisas no campo da nutrição;

E) intensificar as atividades horti-granjeiras nos Clubes de Mães, de Pais, etc.

III — PROBLEMAS SOCIAIS

A) ampliação dos meios disponíveis para reforçar as condições de bem-estar da família (habitação, trabalho, legislação, auxílios, serviços de educação e bem-estar familiar, escolas de educadoras familiares, Clubes de Mães. de Pais, etc.)

B) incremento à criação de creches, escolas maternas, jardins de infância (de preferência em zonas industrializadas e em bairros mais necessitados», áreas para recreação e parques infantis.

IV — PROBLEMA EDUCACIONAL

A) estimular e supervisionar a criação de escolas maternas e jardins de infância;

B) organizar cursos intensivos destinados à preparação de pessoal (recreadoras, visitadoras, educadoras e outros profissionais) que possibilitem um correto controle nutricional e sócio-cultural dos pré-escolares. Os professores devem ter preparo especializado no trato com o pré-escolar;

C) criação no Ministério da Educação e Cultura de um Departamento especializado para a educação pré-escolar nos planos educacionais a longo prazo;

D) construção de galpões simples que satisfaçam as necessidades mínimas do pré-escolar, como preconiza o Departamento Nacional da Criança através dos chamados "CENTROS DE RECREAÇÃO".

Em 1965, em New-York, na reunião da Junta Executiva do UNICEF foi focalizado e enfatizado o assunto da proteção ao pré-escolar tendo o Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança Dr. Rinaldo De Lamare apresentado um trabalho informando sobre a situação do pré-escolar no Brasil, apresentando naquela ocasião um plano para o atendimento dessa faixa etária através de programas de emergência, a curto e a longo prazo.

como plano de emergência foram aconselhados os Centros de Recreação como mencionamos acima (item D). Projetou-se nesse plano, utilizarem-se as igrejas católicas, como entidades de maior difusão nacional, para veículo desses Centros e partindo do plano piloto difundir entre outras entidades religiosas (evangélicas, espíritas, etc.) e demais instituições particulares.

Em 1966, a Divisão de Proteção Social do Departamento Nacional da Criança elaborou então o trabalho de orientação aos Centros de Recreação no Território Nacional. Distribuiu-se, inicialmente, em áreas prioritárias de experiência a seguir discriminadas :

PARTE SUL

I — Estado da Guanabara

1 — Em colaboração com a Cruzada São Sebastião instalou-se a título experimental o Centro de Recreação daquela Entidade. À Divisão de Proteção Social coube a orientação e o treinamento do pessoal que trabalharia no referido Centro, pessoal esse constituído pelas próprias mães das crianças. Foi atribuído à Cruzada um auxílio destinado a adaptar o local para ser instalado o Centro, que atenderia à comunidade do conjunto residencial do Leblon da referida Cruzada. Foi escolhida essa área tendo em vista o interesse da Entidade e por ser uma área menor possibilitava para melhor controle, tanto do ponto de vista positivo como negativo. O Centro está em pleno funcionamento.

2 — Em estudos para execução no decorrer de 1968, o Centro de Recreação numa zona de subúrbio do Estado — Parada de Lucas — também em colaboração com o Centro Social da Cruzada São Sebastião.

II — Estado do Rio Grande do Sul

Em fase de estruturação o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar naquele Estado.

NORDESTE

I — Estado do Piauí

Através um ajuste com a Arquidiocese de Terezina, em 1966, foram auxiliados, orientados e supervisionados dois Centros de Recreação em Teresina. Inaugurados em 1967, estão em pleno funcionamento com êxito e ampla aceitação pela comunidade.

II — Estado do Ceará

Também junto à Arquidiocese está sendo implantado um Centro após seleção duma comunidade, aguardando-se a inauguração do mesmo no decorrer do corrente ano. na Paróquia de Nossa Senhora da Saúde no Bairro (le Mucuripe, em Fortaleza.

III — Estado do Maranhão

Estudos estão sendo feitos para a instalação em 1968 dum Centro de Recreação Junto à Paróquia de S. Vicente em 8. Luiz.

IV — Estado do Rio Grande do Norte

Em colaboração com a Arquidiocese de Natal estão em funcionamento três Centros de Recreação localizados em diferentes bairros da cidade

WESTE

I — Estado de Minas Gerais

1 — Em cooperação com a Ação Social Padre Eustáquio de Belo Horizonte processa-se o trabalho de atendimento ao pré-escolar.

2 — O Centro de Recreação do Instituto Paroquial de Assistência Social de Teófilo Otoni está também incluído no Programa de *Atendimento* ao pré-escolar preconizado pelo Departamento Nacional da Criança.

S — Fundação de Assistência ao Menor — Escola Profissional D. Bosco — em Poços de Caldas. Escreve a Entidade em seu relatório de 1967: "... Delegacia Federal da Criança da 7.^a Região Essa Seção do Ministério da Saúde vem operando harmonicamente com outras organizações, no atendimento ao pré-escolar. das mães e de suas famílias no que se refere à sua saúde. No silêncio de quem trabalha para valer, para atingir a verdadeira meta humana, também ela se dispõe a ceder algum numerário para que realizemos algo pelo pré-escolar. É tão bom encontrar quem fala a nossa língua e se dirige para o mesmo endereço.

Descrevemos assim o que vem realizando o Departamento Nacional da Criança no setor de Atendimento ao Pré-Escolar. Contamos muito breve poder atender a todo o Território Nacional essa atividade que julgamos das mais importantes.

4. UNIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Sob êste aspecto teríamos o planejamento a LONGO PRAZO no qual estariam integrados os órgãos governamentais, isto é, os Ministérios através de seus Departamentos especializados. Dessa maneira, teríamos o seguinte esquema baseado nas sugestões do UNICEF e no trabalho apresentado pelo Dr. G. Barrera Moncada "El niño de edad pré-escolar en el desarrollo nacional" à Conferência Latino-Americana sôbre a infância e a juventude no desenvolvimento nacional em Santiago do Chile em novembro/dezembro de 1965.

I — MINISTÉRIO DA SAÚDE

a) Cabe ao Departamento Nacional da Criança criado pela Lei n.º 2.024 de 17-2-1940 :

Art. 1.º — Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças, favoráveis condições que na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantem a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida.

Art. 2.º — Para o objetivo mencionado no artigo anterior, far-se-á, nas esferas federal, estadual e municipal, a necessária articulação dos órgãos administrativos relacionados com o problema, bem como dos estabelecimentos ou serviços públicos ora existentes ou que venham a ser instituídos, com a finalidade de exercer qualquer atividade concernente à proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 3.º — Os poderes públicos para o mesmo objetivo, estimularão, em todo o país, a organização de instituições particulares que se consagrem, de qualquer modo, à proteção à maternidade, à infância e à adolescência, e com elas cooperarão da maneira necessária a que tenham as suas atividades desenvolvimento progressivo e útil.

b) Centros de Higiene Materno Infantil (Postos de Puericultura estendendo o atendimento ao pré-escolar) inclusive nos Serviços de Saúde Rural

c) Hospitais Infantis, Maternidade, Clínicas de Nutrição;

d) Saúde (incluindo saneamento rural) e Nutrição;

e) Desenvolvimento das atividades de Educação Sanitária através dos Clubes de Mães, de Pais, etc.

II — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Êste Ministério trabalharia em colaboração com organizações particulares, empresas industriais, associações de pais e mestres, através de dois Programas : o Urbano e o Rural, assim discriminados :

Programa Urbano :

- a) Estímulo à criação de Escolas Maternais e Jardins de Infância;
- b) Orientação no que se refere à idade da iniciação escolar (5 ou 6 anos?);
- c) Departamento Central que planifique educação pré-escolar;
- d) Cursos completos de especialização para professores;
- e) Orientação da construção e do equipamento para estabelecimentos educativos.

VI — OUTRAS ENTIDADES

A — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, criada pela Lei n.º 4.513 de 1-12-1964 :

Art. 5.º — A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planeamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

B — Serviços Sociais

Seriam atribuídos os seguintes trabalhos :

- a) medidas para fortalecer a família;
- b) planos para a instalação de creches, em razão de suas necessidades;
- c) áreas de recreação;
- d) centros sociais nos bairros;
- e) agências de família;

C — Banco da Habitação

- a) planos de habitação;
- b) planos de urbanismo;
- c) planos de jogos infantis em função da habitação.

D — Ação comunitária

- a) economia doméstica;
- b) centros de desenvolvimento da comunidade;
- c) serviços da comunidade.

5. COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS, OBRAS E SERVIÇOS

Em abril de 1964 a Conferência de Mesa Redonda em Bellagio (Itália) sobre "A infância e a juventude na planificação do desenvolvimento" organizada pelo UNICEF, reuniu entre outros "experts" o Prof. Tinbergen que afirmou : "... os organismos governamentais deveriam coordenarem-se de modo tal que cada um deles manejasse um determinado instrumento de ação, em vez de organizarem-se em torno dum objetivo, uma vez que existe uma grande interdependência na vida econômica e social e é necessário que o repertório seja levado ao fim em conjunto por todo o sistema de instrumentos. Cada instrumento, por exemplo, os impostos, as inversões, os centros de saúde, as escolas, — servem a diferentes objetivos. verbi gratia, ao aumento da produção futura, ao equilíbrio da balança de pagamentos, ao incremento da ocupação e da saúde. Considere-se a necessidade de que os especialistas em assuntos para a infância tenham uma orientação para a metodologia e os objetivos para a planificação".

6. RECURSOS FINANCEIROS : AMPLIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO

Os recursos financeiros devem ser de âmbito federal, estadual, municipal e contribuições voluntárias e se possível, solicitar-se-á também recursos na área internacional.

Os recursos federais seriam destinados, de acordo com o Ministério atuante dentro do programa estabelecido no esquema e em coordenação integrada. Por exemplo : os recursos alimentares e os de prevenção de doenças contagiosas seriam através do Ministério da Saúde pelos seus Departamentos especializados : Departamento Nacional da Criança (DNCr.) que também auxiliará técnico-financeiramente as adaptações dos Centros de Recreação como está ocorrendo atualmente e o Departamento Nacional de Saúde (DNS); o Ministério da Educação e Cultura através seus Departamentos, incluindo-se aí a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ; o Ministério da Agricultura, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) poderiam contribuir financeiramente para o Programa, principalmente para os Programas a LONGO PRAZO mencionado anteriormente.

As comunidades também seriam chamadas a participarem ativamente no Programa, bem como os organismos internacionais (UNICEF, FISI, **FAO**, ALIMENTOS PARA A PAZ, PRODUÇÃO MUNDIAL DE AUMENTOS) que dariam sua contribuição mediante cessão de técnicos para treinarem e prepararem pessoal especializado em planejamento para a infância.

7. MEIOS DE COMUNICAÇÃO: FORMAÇÃO DE MENTALIDADE

Para obter resultados favoráveis numa planificação, mister se faz que o povo tenha conhecimento dessa planificação e obviamente possa dela participar, abrindo-se dessa maneira novas perspectivas, estimulando a consciência cívica desse mesmo povo.

Os meios de comunicação devem ser lançados para se informar a população e fazer com que tome interesse pelo plano e tenha assim possibilidade de êxito.

8. A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA FORMULAÇÃO E IMPANTAÇÃO DA POLITICA PRÉ-ESCOLAR

Muitos problemas relacionados com a infância não podem ser resolvidos por um único setor, como já mencionamos anteriormente.

Técnicos e cientistas vários que estão relacionados com o crescimento e o desenvolvimento da criança são unânimes em aceitar a grande importância que têm os anos pré-escolares em todo o desenvolvimento posterior do indivíduo, tanto na sua capacidade física como mental, como na sua personalidade e seu nível social.

Os problemas da infância não estão relacionados somente com os setores sociais da planificação do desenvolvimento. A reunião de Bellagio (Itália. 1964) tratou constantemente de tornar mais precisa a relação da infância e da juventude com os aspectos económicos do desenvolvimento, muito menos explorado que as relações sociais.

Ao serem elaborados os planos deve-se coordenar esforços no sentido de que os interesses da criança estejam salvaguardados a fim de que elas tenham condições de participar no desenvolvimento da sociedade.

Médicos puericultores, sanitaristas, clínicos, dentistas, economistas, planejadores, enfermeiras, assistentes sociais, professores, recreadoras e outros interessados no pré-escolar devem estar unidos para a formulação e a implantação da política em favor dessas crianças até então esquecidas por todos.

Dra. Eunice Tupinambá Rodrigues Ribeiro,
Diretor da Divisão de Proteção Social do DNCr.

BIBLIOGRAFIA

- 1) DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA — DPS — Plano de assistência ao pré-escolar (1966).
- 2) UNICEF — Children and Youth in National Planning and Development In Asia (report of Bangkok-Thailandia - 1966).
- 3) NACIONES UNIDAS — El niño de edad pre escolar en el desarrollo nacional (Dr. G. Barrera Moncada - Conferência em Santiago do Chile - 1965).
- 4) NATIONS UNIES — Croissance et développement du petit enfant de un a six ans — (Conseil d'Administration du FISE par le Centre International de l'Enfance - 1965).
- 5) La infância y la juventud en la planificación del desarrollo — Edição preparada por Francisco Lopes Câmara — Conferência de Bellagio — (Itália - 1964)

TEMA :

COMUNIDADE

COMUNIDADE

A COMUNIDADE E O PRÉ-ESCOLAR

- 1 — A comunidade como instrumento e veículo na formação de uma mentalidade de atendimento ao pré-escolar através de :
 - 1.1 — Suas instituições. 1.2. — Seus grupos sociais.
- 2 — Unidades educacionais para atendimento ao pré-escolar :
 - 2.1 — Natureza.
 - 2.2 — Regime.
 - 2.3 — Aspecto físico.
 - 2.4 — Organização e Funcionamento.
 - 2.5 — Pessoal.
 - 2.5.1 — Recrutamento.
 - 2.5.2. — Treinamento.
 - 2.5.3. — Voluntariado.

IV — A COMUNIDADE E O PRÉ-ESCOLAR

1 — A COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO E VEÍCULO NA FORMAÇÃO DE uma MENTALIDADE DE ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR

A comunidade é a unidade básica de onde emana a força vital através dos grupos e das instituições locais. Entendemos como comunidade "a vida em comum de seres guiados essencialmente pela consciência, em relações ativas, espontâneas e livres uns com os outros, tecendo para si mesmo a teia complexa da unidade social", dentro de um espaço determinado com recursos e peculiaridades características. A importância da vida comunitária se revela exatamente na medida em que ela permite a expressão do povo através de sua liderança. E sua vitalidade se traduz pela participação ativa dos respectivos membros no equacionamento dos problemas e no atendimento dos anseios dos diferentes grupos. Um deles e de importância fundamental para a comunidade é o que diz respeito à proteção ao pré-escolar, como garantia da continuidade da vida comunitária e de seu desenvolvimento futuro.

O planejamento da comunidade possibilita a prestação adequada de serviços comunitários globais destinados ao pré-escolar. São os membros da comunidade que criam, mantêm e dão continuidade a todos os programas e serviços de bem-estar, sejam eles públicos ou privados. Em última análise, o progresso desses programas e serviços depende, quase que exclusivamente, da participação real dos membros da comunidade a que estão afetos. Essa participação supõe, antes de tudo, o reconhecimento da importância e do valor de tais programas e serviços, resultando disso apoio e responsabilidade em sua execução.

As instituições — escolas, igreja e estado — devem garantir a infraestrutura da comunidade, através de seus órgãos, dando-lhe o apoio de que necessita para formalizar e movimentar seus serviços e programas.

A ação daqueles órgãos deve manifestar-se através de programas de proteção à família, com o fim de propiciar ou reforçar o atendimento às necessidades básicas do pré-escolar em seu meio natural: programas de saúde, que, desde o período pré-natal, incluam cuidados médicos do tipo preventivo e curativo, alimentação racional e sadia, vestuário apropriado, habitação adequada, saneamento do ambiente; programas de recreação, seja ela individual ou grupal, intelectual, física ou artística, dirigida ou espontânea, ativa ou passiva; programas de educação que visem ao desenvolvimento físico, intelectual e moral; programas de mobilização da opinião pública para a aplicação das leis de proteção ao menor, principalmente das que se referem à família; programas que tenham em vista formar a consciência de uma paternidade responsável, sobretudo no sentido de proporcionar à criança situação familiar condicionante de seu pleno desenvolvimento. (1)

A comunidade conta, para o planejamento e execução de seus programas, além das instituições formais, com os grupos sociais, expressão da participação ativa de seus membros no equacionamento dos problemas e no atendimento dos anseios do grupo.

Na medida em que os membros da comunidade se conscientizam da importância do melhor atendimento à criança, mormente em seus primeiros anos de vida, surgem as escolas de pais, os clubes de mães, os grupos de pais e mestres, os clubes ou grupos comunitários, as associações, enfim todas as formas gregárias que levam ao equacionamento à solução dos respectivos problemas.

(1) Diretrizes e Normas para a Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor — Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor.

É importante que o planejamento dos serviços e instituições parta dos grupos sociais, que, por sentirem sua necessidade, procuram colaborar na sua implantação e manutenção.

Muitas vezes as implantações dos problemas a serem enfrentados pelos grupos sociais levam os membros da comunidade a tomarem iniciativas para o desenvolvimento de atividades locais, e, quando necessário, a recorrer às instituições — escola, igreja e estado —, visando à formulação de medidas mais amplas, de âmbito estadual ou nacional.

No planejamento comunitário para o melhor atendimento ao pré-escolar, têm lugar de importância os diversos tipos de unidades educacionais que suprem as lacunas ou a falta da família.

Entendemos por unidades educacionais as instituições destinadas a atender às necessidades básicas da criança nessa faixa etária.

O planejamento de tais unidades deve basear-se em pesquisa que evidencia as deficiências locais no que se relaciona ao atendimento ao pré-escolar. A comunidade deve participar desse levantamento que orientará a escolha da unidade educacional mais indicada para anular as deficiências encontradas. E o reconhecimento prévio de sua necessidade tornará mais conveniente e entusiasta o apoio e a colaboração de seus membros na instalação e desenvolvimento dos serviços.

2 — UNIDADES EDUCACIONAIS PARA O ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR

Um programa para o planejamento de unidades educacionais deve levar em conta :

2.1 — Natureza

Partindo das necessidades das crianças a serem atendidas, a unidade poderá atender a três grupos de idade, ou seja : de 0 a 2 anos; de 2 a 4 anos; de 4 a 6 anos.

Dependendo do tipo e idade das crianças, as unidades educacionais podem ser : pupileiras, creches, escolas maternas, jardins de infância, parques infantis, centros de recreação, recantos infantis ou, ainda casas da criança, casas da infância, lares da criança e casa-lares.

2.2 - Regime

As unidades educacionais podem funcionar em regime de externato, semi-internato e/ou internato.

2.3 — Aspecto físico

O planejamento de unidades educacionais deve levar em conta alguns aspectos dos problemas como sejam :

Localização

A escolha do lugar deve recair em local conveniente e seguro, em comunidade onde haja crianças necessitadas do programa da unidade educacional. A área deve ser de fácil acesso, longe de ruídos excessivos e de lugares perigosos e/ou insalubres. Deve ser de dimensões para que haja 3,25-m- por criança nas salas, excluídas as áreas de corredores, banheiros e cozinhas.

Ao ar livre deve haver, no mínimo, 8 m- por criança.

Construção

Deve ser simples, o que não impede que seja funcional e acolhedora. Deve ser empregado o material usado na região. Quando possível, devem ser aproveitados prédios existentes convenientemente adaptados. Quando especialmente construídos, de preferência o devem ser junto a unidades educacionais similares, o que baixa o preço da manutenção, pois possibilitar o uso de serviços comuns, tais como : administração, saúde, recreação, nutrição e outros. O espaço para recreio interno e ao ar livre deve possibilitar às crianças que se dediquem a atividades, sem formarem constantemente grupos muito numerosos. A construção deve possibilitar áreas com sombra e sol, pelo menos durante parte da manhã e da tarde. Deve haver locais abrigados para atividades em dias chuvosos, que não sejam as aulas. As portas e janelas devem ser teladas. O piso deve ser liso e de fácil limpeza.

Dependências

Deve haver salas suficientes para que as crianças dos três grupos de idade brinquem separadas. Também é recomendável essa separação nos locais de recreio e ao ar livre. Deve haver um vaso sanitário para cada 10 crianças e uma pia para cada 7 crianças, ambas de altura e tamanho convenientes.

Deve haver locais para a inspeção matinal das crianças e exame médico, bem como para isolamento de crianças doentes. As salas de repouso serão necessárias se as crianças passarem mais de 3 horas na unidade. Nas unidades em regime de internato, os dormitórios devem ser previstos para pequenos grupos de crianças. O vestuário, em qualquer que seja o regime, deve comportar armários, se possível, individuais. As salas de estar podem ser aprovei-

tadas também para as refeições. A cozinha geral e de leite devem ser suficientemente espaçosas para conter fogões, refrigeradores, pias, tanques para lavagem de panelas, armários e mesas para preparo. Devem ser previstos locais destinados à secretaria, espera dos pais da criança, lavanderia, almoxarifado, copa, despensa, refeitório e vestuário para pessoal.

Abastecimento de água

A água potável e para uso doméstico deve ser abundante e de boa qualidade. A água de fonte, poço, cacimba ou outra, deve estar protegida de qualquer contaminação. Em caso de dúvida, a água deve ser analisada pela repartição competente. Deve haver também, suficiente água quente para banho, lavanderia e cozinha.

Rêde de esgotos

Seja qual fôr o sistema existente oficial, fossa ou escoamento de dejetos, deve oferecer condições de higiene e segurança.

Iluminação e aeração

Deve haver luz e ventilação suficiente, para o que são recomendáveis :

1.º — que a área das janelas esteja em proporção de 1 para 4 em relação à superfície.

2.º — que as salas não requeiram iluminação artificial, a não ser em casos exencionais. Deve-se, porém, dispor de iluminação artificial sempre que fôr necessário.

Segurança e higiene

Devem ser garantidas, de acôrdo com as disposições locais sôbre construções, a higiene e a prevenção de incêndios, bem como a prevenção contra riscos do trânsito, jogos perigosos e outros.

Equipamento

O equipamento de uma unidade educacional deve incluir aparelhos de recreação, mobiliário, utensílios e roupas. O mobiliário e aparelhos de recreação devem ser sólidos, de fácil limpeza e conservação. Devem ser de fácil acesso e adequados ao grau de desenvolvimento das crianças.

2.4 — Organização e funcionamento

Tôda a unidade educacional, para funcionar, necessita ser registrada, ter estatutos, regulamentos, regimento interno e outros documentos, de acôrdo com a legislação concernente. Além da estrutura jurídica deverá ter uma estrutura na qual se baseiam a sua organização e funcionamento «anexo I).

Necessita de um diretor, responsável pelo seu funcionamento, subordinados ao qual há os serviços técnicos e administrativos. Dependendo da natureza da unidade educacional, o serviço técnico poderá ter os serviços de pedagogia, psicologia, serviço social e saúde. Dêste dependem os setores de enfermagem e nutrição. Quanto ao serviço administrativo, compõe-se de seção do pessoal, do material, de comunicações, de registro e arquivo, de contabilidade e serviços gerais. Todos, inclusive o diretor, integram a equipe da unidade educacional, para discussão dos problemas e planejamento das soluções. As pequenas unidades educacionais podem valer-se, para o seu serviço técnico, de alguns profissionais de outras unidades, próximo ou filiadas a organizações comuns. No que se refere ao serviço administrativo, nas pequenas unidades educacionais, as funções referentes à seção do pessoal, de comunicações e de registro e arquivo, podem ser exercidas por uma única pessoa, enquanto que as que se referem à seção do material e serviços gerais, podem ser exercidas por outra pessoa. A seção de contabilidade, dadas as características, deve ser orientada por técnico, que pode ser posto à disposição da unidade educacional durante alguns dias. Entretanto, é necessário que a unidade educacional se organize com o material referente a cada seção, mantendo-o rigorosamente em ordem.

2.5 — Pessoal

com vistas à plena realização de seus objetivos, impõe-se às unidades educacionais, destinadas ao pré-escolar, definir sua política de pessoal no que diz respeito a :

2.5.1 — Recrutamento e seleção

A unidade educacional precisa preparar-se para enfrentar ocasionais substituições em seu pessoal, a fim de não prejudicar o atendimento às crianças pelas quais é responsável. com esse fim, deve organizar eficiente sistema de recrutamento de candidatos às diferentes funções. Quanto mais bem feito for o recrutamento de candidatos, maiores serão as possibilidades de selecionar melhores elementos. O primeiro passo necessário, tanto ao recrutamento quanto à seleção, e, posteriormente, ao treinamento, é estabelecer os requisitos e especificações necessários a cada função. Esses requisitos podem ser :

— Mentais — capacidade, potencialidade e desenvolvimento mental, instrução escolar e profissional, iniciativa, concentração, experiência etc.

— Físicos — resistência à fadiga física ou mental, coordenação muscular, acuidade visual e motora, destreza, capacitação biológica de adaptação ao meio etc.

— Responsabilidade — material financeira, equipamento, segurança de terceiros, coordenação, liderança etc.

— Condições de trabalho — duração, ambiente, risco de acidente, esforço exigido, posição de trabalho etc

Antes de preencher a vaga ocorrida, impõe-se verificar primeiro a possibilidade de preenchê-la com algum aproveitamento de algum elemento do pessoal (recrutamento interno), se isso significar para êle melhoria de situação. uma consulta ao fichário do pessoal é recomendável.

Os meios de recrutamento são :

— Anúncios em jornais, rádio e televisão;

— Cartazes em locais de grande freqüência — praças, estações rodoviárias e ferroviárias, etc;

— Contactos com agências de emprêgo;

— Visitas a estabelecimentos de ensino ou de formação profissional. cursos etc;

— Relacionamento na comunidade com outros órgãos de pessoal organizar um 'dossier" de referências confidenciais sôbre candidatos etc.

Esses anúncios, cartazes ou visitas, exigem técnica especial de motivação. Para conseguir elementos interessados realmente em colaborar, em participar do trabalho da unidade educacional, mais do que em conseguir emprêgo, é preciso saber interpretá-la junto à comunidade, esclarecendo seus objetivos e realizações.

A seleção para ser bem feita, necessita de obter o maior número possível de informações sôbre candidatos : qualificações e deficiências que apresentam. Para esse fim são recomendadas as seguintes técnicas :

— Entrevistas exploratórias;

— Observação de atitudes em diferentes situações;

— Testes de aptidões, interêsses, conhecimentos, habilidades.

A escolha da técnica mais apropriada à seleção dependerá dos requisitos exigidos pela função para a qual se pretende ocupante. O que é importante é estabelecer critérios seletivos que devem ser observados, a fim de evitar influências subjetivas.

2.5.2. — Treinamento

O moderno conceito de treinamento implica em desenvolvimento do pessoal — Não se restringe ao adestramento de habilidades ou à transmissão de conhecimentos ou informações. Vai, além, procurando levar o individuo às suas potencialidades, de modo a tornar-se mais capaz e produtivo. A importância do treinamento é hoje re-

conhecida por qualquer empresa. Quando os objetivos visados não são atingidos por deficiência do pessoal, recorre-se ao treinamento.

E esta importância ainda mais avulta em se tratando de uma unidade educacional. Os elementos que nela trabalham necessitam de aperfeiçoamento contínuo, para não mergulharem na rotina ou na estagnação. As primeiras fases da evolução do ser humano são permanente desafio ao educador conforme atestam as inúmeras descobertas da ciência moderna na campo psico-pedagógico. E se as funções cujo exercício exige formação especial — como a de pediatria, de professor, de enfermeiro etc. — não dispensam o treinamento por necessitarem de constante atualização, mais dele necessitam os que exercem outras funções para as quais não há cursos de formação profissional, recreacionistas, atendentes, inspetores, vigilantes, serventes. Qualquer que seja o tipo de serviço realizado, todos os servidores de uma unidade educacional, exercem influência educativa, que é tanto mais significativa quanto mais íntimo e permanente for o contacto que mantenham com as crianças. Todos necessitam pois de estarem identificados pelo menos com os princípios básicos da educação e da psicologia educacional. Os programas de treinamento em uma unidade educacional podem ser de diferentes tipos, conforme os recursos ou condições que apresentar. São aconselháveis : treinamento em serviço, através de reuniões em que os diferentes membros da equipe analisam os problemas e discutem soluções; ou de eficiente sistema de supervisão do trabalho; cursos de treinamento, após cuidadosa pesquisa de suas necessidades, a fim de que sejam programados com objetividade; estágios supervisionados, em unidades educacionais de funcionamento modelar.

2.5.3. — Voluntariado

Em uma unidade educacional, a importância do trabalho voluntário não pode ser aquilatada apenas pelo aspecto econômico, por significar redução de despesas com pessoal. como elemento atuante da comunidade, o voluntário contribui poderosamente para o entrosamento dinâmico e produtivo entre a mesma comunidade e a unidade educacional a que servir. O pessoal técnico, geralmente oriundo de outro meio, necessita da cooperação do voluntário para estabelecer contactos e planejar com objetividade o rendimento. Através da liderança natural do voluntário, a unidade pode conquistar mais rapidamente a simpatia e a cooperação dos demais membros da comunidade. É claro que para atingir esse grau de sentimento, o voluntário precisa estar consciente de que sua ajuda não é só caridade mas imperativo da responsabilidade social de sua condição de pessoa humana, obrigada a participar do desenvolvimento da comunidade onde vive, da qual deve ser como todos os outros membros,

elemento produtivo. Assim, êle é responsável pelo desempenho da tarefa que se incumbir.

Tipos de voluntários : Dentre outros citaremos :

- Voluntário técnico — habilitado profissionalmente;
- Estagiário — de qualquer profissão;
- De cúpula — dirigente — comissões;
- Trabalhos administrativos — organização de serviços burocráticos;
- Trabalho do campo — diretamente ligado à criança;
- Patrocinador de fundos.

Recrutamento e aproveitamento

O recrutamento de pessoal voluntária deve ser feito de preferência através de interpretação da unidade educacional junto aos membros atuantes da comunidade. A cuidadosa divulgação dos objetivos do programa de trabalho, realização etc, despertará nas pessoas desejosas de contribuir para a melhoria de seu meio, o interesse em colaborar na mesma. Esses candidatos ao trabalho voluntário deverão ser aproveitados em funções ou tarefas mais adaptadas às suas tendências, qualidades e habilitações. Nesse caso, não se trata de selecionar pessoal, mas de aproveitá-lo adequadamente.

Motivação

Para manter no voluntário o interesse permanente pelo trabalho, é necessário favorecer, o mais possível sua integração através de : —.

Conhecimento profundo da obra : seus dirigentes, objetivos, funcionamento, receita e despesa, etc.

- Conscientização da importância da obra junto ao cliente e à comunidade e da importância da atuação do voluntário junto à ambos.
- Respeito às tendências e peculiaridades de cada um, com a exigência de tempo mínimo e o esclarecimento das dificuldades ocasionadas pelas faltas ao serviço.
- Promoção de grupos homogêneos que propiciem maior rendimento e integração do serviço, com oportunidade de trabalho para todos e responsabilidades específicas para cada um.

Coordenadora : Celina Celli

Coordenadores :

Clarisse Ribeiro Bessa
Maria da Glória Carvalho Peixoto
Maria Lúcia de Paula Petiz
Nássiro Soares Santos.
Maria Lina Castro Lima

I N D I C E

	Pág
1 — Nota prévia	3
2 — Introdução	7
3 — Tema : família	15
4 — Tema : desenvolvimento emocional da criança	25
5 — Tema : saúde e alimentação	35
6 — Tema : educação	45
7 — Tema : habitação	53
8 — Tema : recreação	61
9 — Tema : política social	73LO — Tema ; comunidade 101

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)